

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CC Leonardo Freitas Daflon da Silva

A EVOLUÇÃO DA ESTRATÉGIA NAVAL DA ÍNDIA ENTRE 2010 E 2023:
Um estudo sob a ótica das marinhas “modernas” e “pós-modernas”

Rio de Janeiro

2023

CC Leonardo Freitas Daflon da Silva

A EVOLUÇÃO DA ESTRATÉGIA NAVAL DA ÍNDIA ENTRE 2010 E 2023:
Um estudo sob a ótica das marinhas “modernas” e “pós-modernas”

Dissertação apresentada à Escola de Guerra Naval, como requisito parcial para conclusão do Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores.

Orientador: CF Leonardo dos Santos Palmeira

Rio de Janeiro
Escola de Guerra Naval
2023

DECLARAÇÃO DA NÃO EXISTÊNCIA DE APROPRIAÇÃO INTELECTUAL IRREGULAR

Declaro que este trabalho acadêmico: a) corresponde ao resultado de investigação por mim desenvolvida, enquanto discente da Escola de Guerra Naval (EGN); b) é um trabalho original, ou seja, que não foi por mim anteriormente utilizado para fins acadêmicos ou quaisquer outros; c) é inédito, isto é, não foi ainda objeto de publicação; e d) é de minha integral e exclusiva autoria.

Declaro também que tenho ciência de que a utilização de ideias ou palavras de autoria de outrem, sem a devida identificação da fonte, e o uso de recursos de inteligência artificial no processo de escrita constituem grave falta ética, moral, legal e disciplinar. Ademais, assumo o compromisso de que este trabalho possa, a qualquer tempo, ser analisado para verificação de sua originalidade e ineditismo, por meio de ferramentas de detecção de similaridades ou por profissionais qualificados.

Os direitos morais e patrimoniais deste trabalho acadêmico, nos termos da Lei 9.610/1998, pertencem ao seu Autor, sendo vedado o uso comercial sem prévia autorização. É permitida a transcrição parcial de textos do trabalho, ou mencioná-los, para comentários e citações, desde que seja feita a referência bibliográfica completa.

Os conceitos e ideias expressas neste trabalho acadêmico são de responsabilidade do Autor e não retratam qualquer orientação institucional da EGN ou da Marinha do Brasil.

AGRADECIMENTOS

À Escola de Guerra Naval, por ampliar os conhecimentos profissionais e o desenvolvimento das aptidões necessárias para o exercício de funções de Estado-Maior e de assessoria de alto nível. Este ano, dedicado às atividades acadêmicas, foi de suma importância para o meu desenvolvimento profissional.

Ao meu orientador, Capitão-de-Fragata Palmeira, pelas preciosas orientações e críticas construtivas. Sua disponibilidade e correções de rumo foram fundamentais para o aperfeiçoamento desta pesquisa acadêmica, que contribuiu sobremaneira para lapidar o intelecto e desenvolver o raciocínio.

Aos meus amigos da Turma Almirante Silvio de Noronha, pelo convívio e pela preciosa contribuição durante a realização do curso.

Ao meu pai, Antonio Carlos, e aos meus irmãos, Marcio e Adriana, por todo apoio e carinho.

À minha esposa, Andiara, e ao meu filho, Arthur, pelo apoio irrestrito, pela motivação e pela compreensão. Amo muito vocês.

A Deus, por guiar o meu rumo nesta singradura.

“Para estarmos seguros em terra, devemos ser supremos no mar.”

(Pandit Jawaharlal Nehru*)

* Pandit Jawaharlal Nehru, 1889-1964 — exerceu o cargo de Primeiro-Ministro da Índia)

RESUMO

O objetivo desta dissertação é responder como se sucedeu a evolução da estratégia naval da Índia, no período de 2010 a 2023, sob a ótica de Geoffrey Till, no que tange ao papel das marinhas no século XXI. Empregando como referência os conceitos da teoria de Till sobre as missões das marinhas “modernas” e “pós-modernas”, adotou-se o confronto entre a citada teoria e a realidade da Força Naval indiana. A marinha “moderna” é caracterizada como competitiva, e busca adaptar as missões tradicionais para se contrapor às ameaças do corrente século. Em contrapartida, a marinha “pós-moderna” se dedica ao desenvolvimento de missões que busquem responder às ameaças de forma colaborativa. A fim de uma melhor compreensão das estratégias adotadas pela Marinha da Índia, foi contextualizado o ambiente do Indo-Pacífico; apresentados fatos históricos; e descritos os poderes nacionais, com ênfase no poder militar. Em seguida, analisou-se a evolução da estratégia indiana durante a Guerra Fria e a transição para o século XXI, para facilitar a assimilação da conjuntura atual. O confronto entre a teoria e as evidências, durante 2010 a 2023, contribui para identificar na missão de *controle do mar* um comportamento inicialmente competitivo, evoluindo para um comportamento colaborativo. Em relação à missão de *dissuasão nuclear*, a Índia alcançou a tríade nuclear, adotando características meramente de marinhas “modernas”. A Força Naval indiana mantém a capacidade de realizar as tradicionais operações anfíbias. No entanto, ultimamente utiliza também os seus meios anfíbios para desempenhar missões “pós-modernas”, como as *expedicionárias* e de *ajuda humanitária*. Os indianos são adeptos da *inclusiva boa ordem do mar* ao realizarem operações combinadas com países insulares do seu entorno oceânico e de países do Sudeste Asiático. Ainda, o país utiliza a *diplomacia naval colaborativa* como ferramenta política, ao visitar portos e realizar exercícios operativos com países aliados. O comportamento predominante no período analisado foi “pós-moderno”, porém a marinha mantém capacidades caracterizadas como “modernas”, em caso de degradação da colaboração internacional. Por fim, foram apresentadas implicações da pesquisa para a Marinha do Brasil.

Palavras-chave: Boa Ordem do Mar. Controle do Mar. Diplomacia Naval. Estratégia Naval. Marinha da Índia.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

A2/AD	<i>Anti-Access/Area Denial</i>
BID	Base Industrial de Defesa
BRI	<i>Belt and Road Initiative</i>
C2	Comando e Controle
CNUDM	Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar
DMN	Doutrina Militar Naval
EUA	Estados Unidos da América
HADR	<i>Humanitarian Assistance and Disaster Relief</i>
HMS	<i>His/Her Majesty's Ship</i>
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IED	Investimento Estrangeiro Direto
IMSS	<i>Indian Maritime Security Strategy</i>
INS	<i>Indian Naval Ship</i>
ISRO	<i>Indian Space Research Organisation</i>
LCM	Linhas de Comunicação Marítimas
MB	Marinha do Brasil
NCA	<i>Nuclear Command Authority</i>
NFU	<i>No First Use</i>
ONU	Organização das Nações Unidas
OpAnf	Operação Anfíbia
OpENC	Operação de Evacuação de Não Combatentes
PIB	Produto Interno Bruto
Quad	<i>Quadrilateral Security Dialogue</i>
SFC	<i>Strategic Forces Command</i>
SLBM	<i>Submarine-launched ballistic missile</i>

URSS União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

ZEE Zona Econômica Exclusiva

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	9
2 MARINHAS “MODERNAS” E “PÓS-MODERNAS”	11
2.1 A globalização e as múltiplas ameaças.....	11
2.2 A teoria contemporânea de Geoffrey Till.....	13
2.3 As marinhas “modernas”	14
2.4 As marinhas “pós-modernas”	17
3 O INDO-PACÍFICO E A REPÚBLICA DA ÍNDIA.....	19
3.1 O Indo-Pacífico	19
3.2 Contextualização histórica	21
3.3 O poder nacional	24
3.4 O poder militar	27
4 A EVOLUÇÃO DA ESTRATÉGIA NAVAL INDIANA	32
4.1 A evolução da estratégia naval no século XX e início do XXI	32
4.2 <i>Controle do mar</i>	36
4.3 <i>A dissuasão nuclear</i>	38
4.4 <i>Projeção de poder</i>	39
4.4 <i>Operações Expedicionárias e Operações de Estabilidade/Assistência Humanitária (HADR)</i>	41
4.5 <i>Boa ordem do mar</i>	42
4.6 <i>Diplomacia naval</i>	43
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	46
REFERÊNCIAS	49

1 INTRODUÇÃO

Nos dias de hoje, com o advento da globalização e com o acelerado desenvolvimento tecnológico, observa-se o crescimento da importância do mar para a interação comercial e como fonte de riquezas para os Estados. Pelo mar, é escoada a maior parte do comércio internacional, sendo as rotas marítimas fundamentais para a sobrevivência da economia mundial. Ademais, a massa de água e o subsolo marinho são valiosas fontes de energia, desde as tradicionais, como os hidrocarbonetos, até as energias renováveis, como a energia das ondas e a maremotriz.

Em contrapartida, o mar é um ambiente histórico de conflitos armados. Há registros desde a Guerra do Peloponeso, na Antiguidade. O aumento do valor do mar também é uma causa significativa para disputas. Cada vez mais, os Estados buscam consolidar seus direitos de soberania nos territórios marítimos. Os importantes entendimentos consolidados pela Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM) não foram suficientes para conter as disputas estatais pelas riquezas advindas dos oceanos. Somado a isso, infratores também aproveitam as capacidades proporcionadas pelo mar para praticar crimes como o narcotráfico, o contrabando e a pirataria.

Nesse contexto, observa-se que as marinhas da atualidade estão diante de um grande desafio, em um planeta cada vez mais conectado, complexo e incerto, que exige um aprimoramento das tradicionais tarefas básicas do poder naval. Além disso, o desenvolvimento tecnológico demanda um elevado dispêndio na construção e manutenção de meios navais e aeronavais que gradativamente se tornam mais onerosos. Portanto, os decisores precisam levar em consideração todos estes fatores durante o planejamento e a implementação da estratégia naval da atualidade, a fim de que possam utilizar os recursos de forma eficaz e eficiente, em um momento em que muitas marinhas são desafiadas pela redução de recursos financeiros. Com isto, identifica-se a importância de se analisar a evolução da estratégia naval contemporânea.

Diante do exposto, a região do Indo-Pacífico se destaca por abarcar Linhas de Comunicação Marítimas (LCM) cruciais para o comércio internacional, bem como por conservar abundantes recursos naturais vivos e não vivos. A região se situa no centro de tensões políticas, econômicas e sociais entre os principais atores da geopolítica mundial. A República da Índia, que se tornou recentemente o país mais populoso do mundo, encontra-se

inserida nessa região de destaque. Considerando esses fatos, o presente trabalho se propõe a responder como se sucedeu a evolução da estratégia naval da Índia, entre 2010 e 2023, sob a ótica da teoria de Geoffrey Till sobre as marinhas “modernas” e “pós-modernas”.

Esta investigação apresentará evidências de documentos estratégicos e doutrinários da Marinha da Índia, bem como conteúdos de obras de autores indianos e ocidentais. A análise sobre a evolução da estratégia naval indiana será comparada com a teoria das marinhas “modernas” e “pós-modernas” de Till.

A relevância desta pesquisa fundamenta-se na intenção de buscar possíveis contribuições para o planejamento estratégico brasileiro, ao analisar uma Força Naval oriental em considerável evolução no presente século. O Estado indiano localiza-se em um continente com imensuráveis disputas de poder e influência. A geopolítica da região é complexa, o que suscita a preocupação das elites indianas com o desenvolvimento militar e tecnológico. A Índia compartilha similaridades com o Brasil. Ambos são Estados em desenvolvimento, democráticos, de grandes dimensões, populosos, economicamente emergentes e desafiados pela grande desigualdade social. Ademais, as respectivas Marinhas buscam modernizar suas Forças Navais em paralelo ao desenvolvimento da Base Industrial de Defesa (BID).

Para se chegar ao propósito, este estudo diagnóstico adotará o confronto entre a teoria e a realidade, bem como as técnicas de pesquisa descritiva, bibliográfica e documental. O trabalho está dividido em cinco capítulos, sendo o primeiro esta introdução. O segundo capítulo apresentará os alicerces teóricos do estudo, expondo importantes conceitos atinentes à estratégia naval contemporânea, com foco principal na teoria de Geoffrey Till contida na obra *“Sea Power: a guide for the twenty-first century”*.

No terceiro capítulo, serão abordados o ambiente marítimo da pesquisa, uma contextualização histórica, bem como uma análise dos poderes nacionais indianos. Esses conhecimentos contribuirão para solidificar informações necessárias para o capítulo seguinte. No quarto capítulo, será realizado o confronto da teoria com evidências sobre a evolução da estratégia naval, alinhado com o propósito almejado pelo presente trabalho. O quinto e último capítulo será dedicado às considerações finais, apresentará implicações da pesquisa para a Marinha do Brasil e uma sugestão para futuros estudos.

2 MARINHAS “MODERNAS” E “PÓS-MODERNAS”

Este capítulo tem o propósito de apresentar uma sustentação teórica sobre a estratégia naval contemporânea que será útil durante a análise do objeto. A teoria das marinhas “modernas” e “pós-modernas”, desenvolvida pelo renomado professor britânico Geoffrey Till¹, será o pilar teórico da pesquisa.

A teoria tem um relevante papel na organização dos pensamentos para a compreensão dos acontecimentos atuais e, conseqüentemente, para se entender melhor os fatos que os circundam. De acordo com o estrategista prussiano Carl von Clausewitz² (1984), a teoria é importante para jogar luz sobre os acontecimentos, a fim de eliminar as conseqüências danosas da ignorância, mostrar a ligação entre os eventos ocorridos e separar o que é importante do que não tem relevância.

2.1 A globalização e as múltiplas ameaças

Antes de explorar as teorias contemporâneas, faz-se necessário compreender o conceito de estratégia naval. O Glossário das Forças Armadas brasileiras apresenta a seguinte definição:

Arte de prever o emprego de meios navais, visando à consecução ou manutenção de objetivos fixados pela política e orientar a aplicação de tais meios durante os conflitos. Nesse sentido, a estratégia naval representa uma linha mestra ordenada pela consecução dos objetivos estratégicos delineados nas concepções estratégicas navais. (BRASIL, 2015, p. 110).

Cabe destacar, nesse conceito, que a estratégia visa atingir os objetivos fixados pela política, deixando clara a sua subordinação aos interesses do Estado. A célebre frase de Clausewitz “a guerra é a continuação da política por outros meios” solidifica essa

¹ Geoffrey Till é professor emérito de estudos marítimos da King’s College London e Presidente do Centro Corbett para o Estudo de Políticas Marítimas. Exerceu os cargos de Reitor de Estudos Acadêmicos da UK Command and Staff College e de Chefe do Departamento de Estudos de Defesa da King’s College London (KING’S COLLEGE LONDON, 2023).

² Carl von Clausewitz foi um estrategista e general prussiano que viveu de 1780 a 1831. Combateu com distinção nas Guerras Napoleônicas e foi diretor da Escola de Guerra da Prússia a partir de 1818. Sua obra “Da Guerra”, publicada após a sua morte, teve uma grande influência na estratégia militar moderna (ENCYCLOPEDIA BRITANNICA, 2023).

compreensão. As relações do Estado no sistema internacional, portanto, assumem uma complexidade ímpar na era da globalização.

Segundo Till (2018), a globalização é importante na formulação da estratégia do século XXI, tendo em vista as implicações nas relações entre os países. Conforme seu pensamento, o Estado, como principal ator do sistema internacional, precisa administrar continuamente o conflito de escolhas em atendimento às necessidades imediatas ou contrapor-se às ameaças a longo prazo. À vista disso, o país precisa manter o foco concomitantemente nas demandas do presente e do futuro. A globalização está criando um paradigma nas ações estratégicas dos Estados, os quais precisam adaptar o tradicional comportamento competitivo entre as marinhas a uma postura mais colaborativa.

Além disso, segundo o professor Coutau-Bégarie³ (2010), a globalização provocou mudanças que priorizaram as operações de navios-patrolha no combate ao tráfico de todo o tipo, tal como o de drogas e o de pessoas; na preservação do meio ambiente; e na garantia dos direitos nas áreas marítimas formalizadas pela CNUDM. Nessa linha, Till (2018) afirma que a globalização tem características que influenciam o poder naval. Ela cria um sistema sem fronteiras, onde as ações tomadas a longas distâncias, fora das fronteiras territoriais, podem ter um grande impacto. Ademais, a globalização é dinâmica, e, por isso, ela acarreta a mudança dos que figuram como vencedores e como perdedores nas relações econômicas. As modificações nessas relações dificultam a previsão do futuro a médio e a longo prazo. Isso obriga os países a estarem constantemente prontos para prover a defesa nacional.

Ainda seguindo essa lógica, o mar foi necessário para a concepção da globalização pelo fato de os oceanos interligarem continentes, países, culturas, ideias, indústrias e mercados (WEDIN, 2015). A globalização, por sua vez, tem um caráter marítimo, devido, em grande parte, ao comércio internacional ser realizado por essas vias. O livre fluxo da navegação é fundamental nas relações comerciais, o que evidencia a importância da segurança marítima para a sobrevivência dos Estados, e, conseqüentemente, o papel vital das marinhas em prover essa proteção em um ambiente cada vez mais complexo, de múltiplas ameaças.

³ Hervé Coutau-Bégarie (1956-2012) foi um professor e pesquisador de estratégia, fundador do Instituto de Estratégia Comparada, da França.

O tráfego marítimo pode ser perturbado pela pirataria, pelo tráfico de drogas e de seres humanos, pela pilhagem insustentável dos recursos marinhos e pelo terrorismo internacional. Pode-se adicionar, a estes fatores, os futuros e promissores navios autônomos⁴, manobrados remotamente, com tripulação reduzida ou, até mesmo, desguarnecidos, que poderão ser alvos de ataques cibernéticos, comprometendo, assim, o transporte marítimo (TILL, 2018).

Till conclui que as marinhas contemporâneas precisam se adaptar para se contraporem às múltiplas ameaças originadas pelas mudanças econômicas e sociais, principalmente as que atingem a ordem nacional, regional ou global, e, assim, manter a paz e a segurança internacional. Percebe-se, nos fatos supracitados, a demanda por uma maior cooperação internacional para proporcionar uma efetiva contraposição às ações criminosas, muitas vezes, realizadas por atores não-estatais. A luta contra o tráfico de drogas evidencia a necessidade de colaboração entre os Estados produtores, consumidores e os que são rotas de distribuição.

Dessa forma, as características da globalização aqui apresentadas tornam o cenário geopolítico bastante desafiador para os Estados, que cada vez mais necessitam se adaptar rapidamente à alta velocidade das mudanças. Ademais, a globalização tem uma característica bipolar, qual seja: por um lado, ela proporciona os benefícios sociais, econômicos e tecnológicos, além de uma maior interdependência e colaboração; por outro, ela pode gerar novos problemas e vulnerabilidades.

Nesse cenário, os benefícios e os desafios experimentados pelos países se refletem nas suas marinhas e, conseqüentemente, no planejamento das operações navais. A situação no ambiente dos oceanos e áreas costeiras se tornou bastante difusa. Nesse contexto, será analisada a teoria desenvolvida por Till sobre as marinhas “modernas” e “pós-modernas”.

2.2 A teoria contemporânea de Geoffrey Till

Till (2018) afirma que os Estados estão divididos em três categorias, baseadas principalmente no fator econômico, são elas: “pré-modernos”; “modernos”; e “pós-modernos”. A categoria dos Estados “pré-modernos” é composta pelos países essencialmente dependentes da agricultura e sem recursos suficientes para investir na industrialização. São

⁴ A Rolls-Royce anunciou o projeto *Advanced Autonomous Waterborne Applications Initiative* (AAWA), que visa ao desenvolvimento de navios autônomos, os quais poderão revolucionar a indústria marítima (ROLLS-ROYCE, 2016).

detentores de um elevado índice de corrupção; suas instituições políticas são frágeis; e, normalmente, são considerados como fracos e falidos. Em contrapartida, os Estados “modernos” têm uma industrialização consolidada; são orientados por uma expectativa realista das relações internacionais; estão preocupados com as questões de recursos naturais, território, influência e poder. Eles defendem a necessidade de preparo para os tradicionais conflitos interestatais. Já os Estados “pós-modernos”, esses são economicamente eficientes; e suas instituições políticas são bem consolidadas. Eles acreditam que a característica marítima da globalização vai perdurar, porém, ela necessita ser defendida das múltiplas ameaças da atualidade, em um mundo cada vez mais incerto e complexo.

Cada categoria de Estado é composta por uma marinha, que, conseqüentemente, reflete o ponto de vista do Estado quanto à globalização e à segurança nacional. Till (2018) afirma que as marinhas “pré-modernas” lutam para continuar existindo, ou tentam, precariamente, fazer alguma ação em proteção aos interesses estatais. Todavia, as marinhas “modernas” focam em adaptar as suas respostas às múltiplas ameaças da atualidade com os conceitos convencionais da guerra naval, enquanto as marinhas “pós-modernas” buscam desenvolver novos conceitos para a sua própria transformação.

Segundo Till (2018), as marinhas estão diante de uma gama de possibilidades operacionais, situadas entre a competitiva, convencional e tradicional defesa “moderna” de um lado, e a colaborativa, não convencional e não tradicional defesa “pós-moderna” do outro. Essa teoria de Till não visa posicionar as marinhas em uma categoria específica, mas, sim, elucidar as escolhas que podem ser feitas entre as características competitivas e colaborativas que desafiam as forças navais da atualidade.

Observa-se que os Estados “modernos” têm um posicionamento mais coerente com a perspectiva realista das relações internacionais. Eles utilizam o poder de forma mais coercitiva e encaram com desconfiança as ações colaborativas. Por outro lado, os Estados “pós-modernos” priorizam as ações coletivas. Dentre os três tipos de marinhas citados, esta pesquisa focará nos conceitos de marinhas “modernas” e “pós-modernas”, a serem exploradas a seguir.

2.3 As marinhas “modernas”

Os Estados “modernos” são mais precavidos com relação à segurança e à soberania do país. Eles sabem que, durante qualquer problema com a globalização e com as relações

interestatais, prevalecerão, unicamente, os seus próprios interesses, e, caso necessário, utilizarão o *hard power*⁵ para impor a sua vontade. Eles priorizam o protecionismo comercial e a defesa do seu território. Essa visão convencional, conseqüentemente, reflete-se nas operações que são priorizadas por suas marinhas, muito mais alinhadas com a postura competitiva, em detrimento da colaborativa. Assim, Till apresenta cinco missões principais das marinhas que têm essa postura: *controle do mar; dissuasão nuclear e defesa contra mísseis balísticos; projeção do poder naval; exclusiva boa ordem do mar; e diplomacia competitiva da canhoneira*. Será descrita, a seguir, a interpretação do referido autor para cada tipo de missão.

Os Estados “modernos” entendem o *controle do mar* com um significado mais próximo ao pensamento da estratégia marítima clássica, isto é, à linha de pensamento da Escola Mahaniana⁶; ou seja, eles se preocupam com os avanços operacionais e táticos dos seus concorrentes. Essa comparação é perigosa, pois pode impulsionar uma corrida armamentista, semelhante ao que ocorreu no século XX. Os ambientes de atuação são aqueles que dificilmente seriam guarnecidos por uma força irregular, como o antissubmarino. Normalmente, as marinhas “modernas” não se engajam em uma relação de total confiança e consenso (TILL, 2018).

Segundo Till (2018), a *dissuasão nuclear* e a *defesa contra mísseis balísticos* estão contidas na segunda missão essencialmente atrelada às marinhas “modernas”. A arma nuclear transportada por forças navais e as suas defesas de mísseis são claramente relacionadas aos atores estatais, pois, dificilmente, uma força não estatal estaria de posse desse tipo de armamento. Corroborando com esse pensamento, Coutau-Bégarie (2010) afirma que a arma nuclear levou a dissuasão para outro nível. Nas suas palavras, “na era atômica, o risco é sempre maior que o objetivo”; observa-se que, mesmo uma força bem mais equipada, com armamentos convencionais ou, até mesmo, nucleares, pode sofrer danos irreversíveis, provenientes de um ataque com bomba atômica de um inimigo com menor capacidade militar.

⁵ Segundo a definição do Dicionário de Cambridge (2023), *hard power* significa: “o uso do poder militar de um país para persuadir outros países a fazerem algo, ao invés de usar as influências culturais e econômicas” (tradução do autor).

⁶ O Contra-Almirante estadunidense Alfred Thayer Mahan (1840-1914), famoso pela sua obra “The Influence of Sea Power upon History 1660-1783”, proclamava a necessidade de se conquistar o domínio do mar por meio da busca da batalha decisiva (Coutau-Bégarie, 2010).

Till prossegue com as prioridades das marinhas “modernas”, quanto à missão de *projeção de poder naval*, que são mais propensas a considerar a tradicional Operação Anfíbia (OpAnf). A modalidade Assalto Anfíbio exemplifica com clareza a capacidade que as marinhas “modernas” buscam alcançar. Essa modalidade, considerada a mais completa, consiste em um ataque proveniente do mar com o objetivo de desembarcar uma força em terra para cumprir missões específicas⁷.

Em relação à *exclusiva boa ordem do mar*, as marinhas “modernas” estão preocupadas tão somente em defender seus interesses no mar territorial e na zona econômica exclusiva (ZEE). Essas áreas marítimas são repositórios de recursos naturais, tais como hidrocarbonetos e peixes, que serão muito importantes no suprimento como fontes de energia e alimentos para a população. Estes Estados enxergam os demais como possíveis competidores por esses valiosos recursos, bem como buscam proteger seus interesses, de forma particular, contra ameaças como a pirataria e o tráfico de pessoas. Eles não estão dispostos a agir de forma cooperativa com outros países; preocupam-se, exclusivamente, em defender a sua própria navegação, em vez de a navegação geral (TILL, 2018).

Por fim, a *diplomacia naval da canhoneira*, a quinta missão das marinhas “modernas”, está baseada na ameaça da utilização da força, de forma não declarada, mas evidente, com o intuito de persuadir o outro Estado a fazer algo que não desejaria, ou dissuadir a não concretizar uma ação que gostaria. Portanto, a marinha competitiva será bastante cautelosa no engajamento com atividades colaborativas, pelo receio de afetar a sua soberania (TILL, 2018).

As forças navais competitivas tentam adaptar as tradicionais operações no mar às demandas do mundo globalizado da atualidade. Os planejamentos dos adestramentos e exercícios priorizam os empregos tradicionais da força, por considerarem o Estado como o principal ator do sistema internacional. As respostas às ameaças oriundas dos atores não estatais, como o crime organizado e o terrorismo, são implementadas por meio da adequação das operações e das ações tradicionais. Em resumo, as marinhas modernas, normalmente, consideram o sistema internacional anárquico, e não acreditam que as organizações intergovernamentais consigam, de fato, solucionar os principais problemas de segurança nacional.

⁷ Definição de acordo com a Doutrina Militar Naval (DMN) da Marinha do Brasil (MB) (BRASIL, 2017).

2.4 As marinhas “pós-modernas”

De acordo com Till (2018), a marinha “pós-moderna” está desenvolvendo a sua estratégia naval e os seus meios com o objetivo de atender às seguintes missões: *controle do mar; operações expedicionárias; operações de estabilidade/assistência humanitária; inclusiva boa ordem do mar; e diplomacia naval colaborativa.*

As marinhas “pós-modernas” estão remodelando alguns aspectos do conceito de *controle do mar*, conforme o entendimento de Till. Entretanto, permanece o entendimento básico de que a força detentora do *controle do mar* pode utilizá-lo para as finalidades desejadas pelo Estado. Outrossim, para a maioria dos “pós-modernistas”, é mais provável que as ameaças estejam localizadas nas regiões costeiras. Elas são tão desafiadoras quanto as tradicionais, que ocorrem, normalmente, em mar aberto. Pode-se listar, como exemplos, o ataque assimétrico ao navio estadunidense USS Cole, em Áden, no Iêmen; bem como o ataque à corveta israelense Hanit, realizado pelo Hezbollah⁸. As repercussões destes atentados pela mídia mostram que a sociedade está vigilante quanto à segurança dos cidadãos que estão compondo os efetivos das forças armadas. Outro aspecto que está mudando o conceito de *controle do mar* pelas marinhas “pós-modernas” é que os benefícios proporcionados não estão restritos ao país detentor do controle, mas, sim, aos navios de todas as bandeiras, o que caracteriza, de fato, a liberdade de navegação como requisito universal.

Quanto às *operações expedicionárias*, Till revela que, primeiramente, faz-se necessário entender que os problemas que ocorrem no mar são, normalmente, originados em terra; ou seja, os eventos causados nos territórios dos Estados, em especial nas proximidades do litoral, têm impacto direto no que ocorre no mar. As forças navais, normalmente, estão interagindo com os sintomas dos problemas; portanto, elas precisam ser capazes de influenciar os eventos em terra. É nesse contexto, que se inserem as operações expedicionárias, que, para as marinhas “pós-modernas”, são diferentes das OpAnf tradicionais, pois não envolvem, necessariamente, ataques às praias, são mais curtas e compreendem operações conjuntas e combinadas. Pode-se citar, como exemplo, o transporte de forças, seu abastecimento e o fornecimento do apoio aéreo ofensivo.

Ainda, ele afirma que as *operações de estabilização e assistência humanitária* estão intimamente ligadas às *expedicionárias*, e, em algumas circunstâncias, empregam as mesmas

⁸ Hezbollah é um grupo político e militar xiita formado em 1982, durante a Guerra Civil do Líbano (ENCYCLOPEDIA BRITANNICA, 2023).

capacidades. Normalmente, elas são realizadas em resposta a desastres naturais e trabalham em conjunto com agências de socorro governamentais e não governamentais, a fim de minimizar os efeitos adversos ou, até mesmo, contribuir para a estabilidade política. Dessa forma, caso ocorra o uso moderado da força, as *operações de estabilização e assistência humanitária* poderão tangenciar as *operações expedicionárias*.

A marinha colaborativa encara a *boa ordem do mar* de forma inclusiva, ou seja, acredita que a contraposição à pirataria, tráfico de drogas, pesca ilegal e demais crimes transnacionais necessita de uma ação com os demais países. Dessa forma, a operação combinada é um facilitador para a paz e a segurança a nível mundial (TILL, 2018).

O conceito de *diplomacia naval colaborativa* tem uma sensível diferença em relação à *diplomacia competitiva da canhoneira*. Essa diplomacia colaborativa pode se concretizar com a realização de exercícios militares com marinhas amigas e visita a portos internacionais (TILL, 2018). As visitas produzem um efeito de atração entre dois países. A atracação no exterior de um navio bem treinado e aprestado transmite uma imagem bem positiva da marinha e do Estado (WEDIN, 2015).

As marinhas “pós-modernas” acreditam que as soluções contra as ameaças, principalmente as não convencionais, precisam ser colocadas em prática em conjunto com outros países, tendo em vista que as suas origens são difusas e extrapolam as fronteiras territoriais dos Estados. Normalmente, esses países depositam uma maior confiança nas soluções interestatais para a segurança e a paz internacional.

Ao se analisar a complexidade da teoria contemporânea de Till, faz-se mister direcionar a presente pesquisa para a região que vem ultimamente alcançando maior importância no contexto internacional. Os Estados Unidos da América (EUA), explicitamente considera a região como o centro de gravidade do mundo, conforme o documento *Indo-Pacific Strategy of the United States*, de 2022 (ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 2022), o qual afirma que a área abarca mais da metade da população mundial, 60% do Produto Interno Bruto (PIB) e 2/3 do crescimento da economia global. À vista disso, no próximo capítulo, será analisada a referida região, e, mais profundamente, um dos Estados mais importantes nesse contexto: a República da Índia.

3 O INDO-PACÍFICO E A REPÚBLICA DA ÍNDIA

Neste capítulo, primeiramente, será analisado o ambiente marítimo da pesquisa, mais especificamente, o Indo-Pacífico. Em seguida, será examinado o contexto histórico da Índia, para uma melhor compreensão dos acontecimentos contemporâneos e das expressões do poder nacional indiano, com uma maior ênfase no poder militar. Esta contextualização proverá uma base sólida para a análise do objeto no Capítulo 4.

3.1 O Indo-Pacífico

O conceito de Indo-Pacífico vem sendo amplamente utilizado nos últimos anos. Ele é fruto de uma parametrização geográfica para uma região que vem crescendo de importância no contexto internacional, ao ponto de as potências da atualidade estabelecerem estratégias específicas para a região. Os limites dessa região são diferentes para cada país, mas todas as versões englobam as principais LCM. As estratégias para a região, normalmente, convergem para o desenvolvimento econômico, a segurança marítima e a contraposição à influência chinesa.

A geografia econômica mundial teve modificações de destaque no século XXI. Segundo o professor indiano Pankaj Vashisht (2023), o centro de gravidade econômico, que inicialmente estava localizado na Europa em consequência da Revolução Industrial, rumou para os EUA, e, agora, está se direcionando de forma acelerada para a Ásia. O conceito dos Tigres Asiáticos, que se consolidou nas décadas de 60 e 70 do século passado, chamou a atenção mundial para a região asiática. Entretanto, a partir de 1980, o centro de gravidade se estabilizou na Ásia, depois que dois gigantes, a Índia e a China, consolidaram as suas respectivas acelerações industriais. Na década de 1990, o continente asiático superou os demais continentes, quanto ao crescimento econômico, e tornou-se altamente integrado às economias mais desenvolvidas.

O Oceano Índico e o Oceano Pacífico eram considerados regiões distintas para as políticas estratégicas dos países. No entanto, a partir de 2007, os responsáveis por essas políticas começaram a perceber a necessidade de unificar os dois oceanos em uma única área contínua, ao observarem a interligação entre os interesses econômicos e estratégicos. A expressão Indo-Pacífico se tornou mais utilizada após o uso do conceito pelo Ex-Presidente estadunidense Donal Trump, em 2017 (VASHISHT, 2023). Segundo as palavras do ex-

Comandante da Marinha indiana, Almirante Robin K. Dhowan⁹, no prefácio do documento *Indian Maritime Security Strategy* (IMSS) (ÍNDIA, 2015a), de 2015, a alteração do eixo geoestratégico mundial do Oceano Atlântico para a região do Indo-Pacífico levou o centro do poder militar e econômico do globo para a Ásia. Essa alteração afetou diretamente o ambiente marítimo do país, bem como propiciou mudanças políticas e econômicas duradouras. O desenvolvimento e a prosperidade da Índia no século XXI estão intimamente correlacionados com o domínio marítimo.

A história tem demonstrado, nos últimos séculos, que as potências dominantes desenvolveram poderosas forças navais, essenciais para o provimento da segurança do tráfego marítimo e o suporte à expansão de suas zonas de influência. Podemos citar o Império Britânico, ao longo do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, que constituiu a *Pax Britannica*. Posteriormente, destacaram-se os EUA, após a Segunda Guerra Mundial e na transição para o corrente século.

Observa-se que o Indo-Pacífico está se tornando a região marítima de maior destaque do globo. Esse crescimento está atrelado ao desenvolvimento econômico dos países da região e à existência de populações numerosas nesses países, que contribuem para elevar a capacidade de produção e o mercado consumidor. Ademais, cabe ressaltar a presença dos grandes produtores de hidrocarbonetos no Oriente Médio. Há uma probabilidade crescente de que a próxima potência dominante esteja localizada nessa região. No século XXI, aflora uma possível nova bipolaridade, com a ascensão da China; e, até mesmo, a possibilidade de uma multipolaridade, com o crescimento da Índia e a consolidação da União Europeia.

Segundo Mohan (2012), o ambiente marítimo mundial está se modificando principalmente pelo fato de a China e a Índia, dois países que estão em uma constante ascensão, terem direcionado suas atenções para o mar. Conseqüentemente, esse direcionamento alterou a dinâmica das interações na Ásia, na África e no Oriente Médio.

O crescimento da orientação marítima de ambos os países é histórico, em virtude de eles, normalmente, focarem suas atenções principalmente para as fronteiras terrestres. Nesse cenário, o acelerado desenvolvimento econômico, combinado com o fato de esses países possuírem as maiores populações do globo, deixou clara a necessidade de acesso aos recursos minerais e energéticos em outros países, bem como a de proteção das LCM. Tais necessidades

⁹ O Almirante Robin K. Dhowan foi o Comandante da Marinha indiana no período de abril de 2014 a maio de 2016 (JAVAIID, 2021).

fizeram com que esses Estados se engajassem em programas de expansão naval audaciosos, empregando uma parcela maior do orçamento nacional para a modernização naval.

Os chineses têm uma ambiciosa estratégia no Mar do Sul da China. Eles reivindicam o direito de soberania em quase a totalidade da região, por motivos históricos, e buscam implementar a estratégia *Anti-Access/Area Denial* (A2/AD), a fim de controlar o acesso e a operação de navios de guerra por meio de um complexo sistema de mísseis antinavio e meios navais.

As disputas no Mar do Sul da China acenderam preocupações quanto à liberdade de navegação, vital para o fluxo das LCM globais. Ademais, a política chinesa do *Belt and Road Initiative* (BRI) acentuou os receios na região (VASHISHT, 2023). O BRI é um projeto multimilionário, criado pelo presidente chinês Xi Jinping ao assumir o governo, em 2013, a fim de conectar o Sudeste Asiático, a Ásia Central, o Oriente Médio, a África e a Europa com um sistema de rotas terrestres e marítimas (MISHRA, 2021).

A então Primeira-Secretária da Embaixada Indiana em Pequim, Priyanka Sohoni, durante o seu discurso na Conferência de Transporte Sustentável das Nações Unidas, realizada na China, em 2021, externou a posição indiana em relação ao BRI. Sohoni afirmou que a expansão da conectividade física faz parte das iniciativas diplomáticas e econômicas da Índia, porém, declarou que a soberania da Índia é afetada pela BRI, com a criação do Corredor Econômico China-Paquistão (MISHRA, 2021). Esse projeto conecta o porto de Gwadar, localizado na Província de Baluchistão, no Paquistão, com a província chinesa de Xinjiang. Esse corredor está sendo estabelecido através da Caxemira paquistanesa.

Os EUA buscam se contrapor ao avanço dos chineses na região; para tanto, adotaram uma estratégia contra o A2/AD e mantêm as tradicionais parcerias, com a Austrália, o Japão e a Coreia do Sul, bem como aprofundam parcerias mais recentes. Os estadunidenses visualizam a Índia como um contraponto ao crescimento da influência da China na região, e por esse motivo, eles têm investido ultimamente de forma mais contundente nesse relacionamento. Ademais, para a Índia, é interessante essa colaboração, em virtude da competitividade acirrada, principalmente, com China e Paquistão.

3.2 Contextualização histórica

Os acontecimentos históricos são essenciais para se compreender os eventos que ocorrem nos dias de hoje. Em virtude de a história dos países orientais não ser tão divulgada

e não ser do conhecimento do ocidente, verificou-se a necessidade de uma contextualização da peculiar história da Índia. Sem uma compreensão mínima do pano de fundo histórico, alguns fatos importantes podem passar despercebidos e criar uma compreensão distorcida da realidade.

Segundo o Almirante Arun Prakash¹⁰ (PRAKASH *in* DUTTON; ROSS; TUNSIØ, 2012), os estudiosos e pensadores do ocidente, normalmente, tentam interpretar o posicionamento estratégico da Índia por meio da ótica ocidental. Na maioria das vezes, ignoram os costumes, a cultura e a história próprios daquele povo milenar. Com isso, torna-se necessário conhecer melhor o rico contexto histórico indiano.

O passado conhecido da Índia remonta à Antiguidade; evidências arqueológicas apontam que a civilização do Indo, localizada, à época, na porção noroeste do subcontinente indiano, tinha uma cultura urbanizada altamente sofisticada (2.600 a 2.000 a.C.). A Índia é um país detentor de uma das maiores diversidades étnicas do globo, bem como abriga um complexo sistema de castas e tribos. Essa variedade se estende também para as religiões e seitas, bem como para os grupos linguísticos (ALLCHIN, 2023).

Segundo o historiador indiano Panikkar¹¹ (1895-1963) (PANIKKAR, 1951), estudiosos ocidentais consideram que a corrida marítima teve início com os gregos, no mar Egeu, e desconsideram o provável pioneirismo do oriente. Panikkar afirma que o Oceano Índico foi o palco precursor das navegações oceânicas, mais precisamente no Mar Árabe, lideradas pelos povos da Índia peninsular. O desenvolvimento civilizatório e o fenômeno natural das monções¹² foram quesitos que contribuíram para impulsionar essa iniciativa na navegação.

A geografia do país, representada por uma linha costeira de 7.516,6 quilômetros, no formato de uma península proeminente na região central do Oceano Índico, com suas 1.382 ilhas, posiciona a Índia próxima a importantes LCM (ÍNDIA, 2022b). O país faz fronteira com seis Estados: Paquistão, Nepal, China, Butão, Myanmar e Bangladesh, além de estar a 65 quilômetros do país insular Sri Lanka. Ao longo de sua história, a Índia conviveu com invasões,

¹⁰ O Almirante Arun Prakash foi o vigésimo Comandante da Marinha da Índia, no período de 2004 a 2006. Ele era especializado em aviação naval, e participou da Guerra Indo-Paquistanesa de 1971 como piloto de um esquadrão de Caça da Força Aérea indiana. Exerceu vários comandos durante a sua carreira, inclusive de quatro navios de guerra. Ele continua escrevendo sobre tópicos relacionados a estratégia e segurança (ÍNDIA, 2023d).

¹¹ Kavalam Madhava Panikkar foi um renomado historiador, professor, diplomata indiano, graduado em história na Universidade de Oxford. Panikkar foi uma figura influente no movimento de independência da Índia (ÍNDIA, 2023b).

¹² Monção é um sistema de vento predominante no sul da Ásia, que inverte a direção do vento sazonalmente.

vindas, principalmente, do noroeste do subcontinente. Foi devido à sua localização que os árabes, turcos, persas e outros povos adentraram a região e trouxeram suas influências, as quais foram assimiladas pelos povos originais, como, por exemplo, a religião islâmica. Entretanto, foi devido ao seu extenso litoral, que compreende aproximadamente três vezes a sua atual fronteira terrestre, que chegou o navegador português Vasco da Gama, em 1498. A partir desse momento, começou a supremacia europeia na região, que culminou com a dominação do Império Britânico, a partir do século XIX (KAPLAN, 2013; ALLCHIN, 2023).

Antes da chegada dos britânicos, a Índia não era unificada politicamente; era dividida por vários corpos políticos e por um sistema de alianças. A região do atual norte da Índia, do Paquistão e de grande parte do Afeganistão esteve, ao longo da história, normalmente, reunida sob um mesmo corpo político; enquanto o sul do subcontinente, geralmente, era bastante fragmentado. Os britânicos foram bem-sucedidos na dominação a partir do mar. Durante a transição entre o século XIX e XX, eles promoveram a unificação do subcontinente indiano, por meio de uma moderna burocracia e da construção de um sistema ferroviário robusto, que cruzou o subcontinente (KAPLAN, 2013).

Como afirma Panikkar (1951), apesar de a Índia ter sido invadida por diversos povos, durante os seus, aproximadamente, 5.000 anos de história, ela conseguiu perdurar como uma entidade sociocultural. No entanto, Kaplan (2013) defende que a correria e a desorganização com que os britânicos partiram ocasionaram divisões que produziram profundas consequências, presentes até os dias de hoje. Em 1947, ocorreu a independência da colônia inglesa, que foi dividida em dois países: Índia, com capital em Nova Delhi; e Paquistão, que era composto por duas partes geograficamente separadas, uma ocidental e outra oriental, com o território da Índia localizado no meio. Em 1971, após um conflito entre Paquistão e Índia, o lado oriental se tornou independente e passou a ser chamado de Bangladesh.

Neste resumo histórico da Índia, pode-se, primeiramente, identificar a importância do Oceano Índico para o milenar povo indiano. A história dessa nação está intimamente ligada às grandes navegações do século XV, que culminaram com o início da exploração europeia. O Reino Unido foi a última metrópole indiana, e isto provocou mudanças profundas, cujos efeitos estão enraizados nos eventos da atualidade: ao mesmo tempo que unificou o povo indiano em uma entidade política, formalizou a divisão entre hindus e muçulmanos, concretizada com os atuais territórios da Índia e Paquistão.

3.3 O poder nacional

De acordo com a Doutrina Conjunta das Forças Armadas Indianas (ÍNDIA, 2017), o poder nacional é composto pelas capacidades militares, econômica, ciência e tecnologia, liderança, caráter nacional, educação e influência (diplomacia). As expressões do poder nacional brasileiro, contidas na Política Nacional de Defesa brasileira (BRASIL, 2020), são: a política, a econômica, a psicossocial, a militar e a científico-tecnológica. Pode-se observar que as cinco expressões brasileiras são similares às capacidades indianas, exceto a educação e a diplomacia, que são as duas capacidades adicionais encontradas na doutrina indiana, que acabam sendo abarcadas pelas expressões brasileiras psicossocial e política, respectivamente.

Vamos nos ater ao exame do poder nacional indiano conforme as expressões da doutrina brasileira, a fim de facilitar a compreensão, sem trazer prejuízo à análise. Antes de nos debruçarmos no poder militar e, mais especificamente, no poder naval, torna-se necessário conhecermos as outras expressões do poder nacional. Serão abordadas, na presente subseção, as expressões política, psicossocial, econômica e científico-tecnológica. Para a expressão do poder militar, será dedicada uma subseção específica.

Em relação à expressão política, a Índia se denomina como uma República Democrática Socialista secular, com uma forma parlamentar de governo, representada pela figura do Primeiro-Ministro e seu conselho de Ministros. O Presidente da República, por sua vez, é o chefe de Estado (ÍNDIA, 2023a; PRICE, 2022).

O Poder Legislativo é composto por um parlamento, com uma câmara alta (Rajya Sabha) e uma câmara baixa (Lok Sabha); e o Judiciário tem à frente uma corte suprema. O Lok Sabha é constituído por 543 membros, eleitos por sufrágio geral, a cada cinco anos. O Rajya Sabha é composto por representantes estaduais, eleitos indiretamente, em mandatos escalonados de seis anos, isto é, aproximadamente um terço dessa câmara é substituído a cada dois anos, e seus membros são eleitos pelas legislaturas estaduais. O poder executivo, a nível estadual, é governado por um Conselho de Ministros, e seu Ministro-Chefe assessora o governador. O país é composto por 28 estados e 8 territórios da União. Estes territórios são governados por um administrador, indicado pelo presidente (ÍNDIA, 2023a; PRICE, 2022).

A complexa organização social da Índia, estabelecida no sistema de castas, reflete-se na política. Portanto, cabe, inicialmente, abordar a questão psicossocial, em paralelo à expressão política. As castas compõem uma estrutura social hierárquica que divide a

população em grupos, com os *brahman*¹³ no topo e os *scheduled*¹⁴ na base. Normalmente, os sobrenomes indicam a qual casta o indivíduo pertence. Entretanto, apesar dessa divisão social, a constituição proíbe a discriminação de castas; prega a igualdade perante a lei; e garante os direitos sociais e as liberdades de expressão, reunião e movimento. A constituição é o código político do país, ela formaliza a estrutura federal e os poderes do governo. A fim de se contrapor à discriminação de castas, desde os primeiros governos, foram estabelecidos sistemas de cotas, para uma distribuição mais justa de empregos e de educação, porém, as castas impactam fortemente na organização política. Os partidos políticos, em certas regiões, recebem votos de determinadas castas, que tendem a votar em blocos (ÍNDIA, 2023a; PRICE, 2022).

O hinduísmo, o budismo e o jainismo são religiões originadas na Índia; sendo a primeira a crença consolidada como majoritária na atualidade. Além desses grupos religiosos, o país tem uma considerável quantidade de muçulmanos, o suficiente para posicioná-los como adeptos da segunda maior religião do país (KAPLAN, 2013).

A Índia é um país bastante religioso e tem uma grande diversidade religiosa, e, segundo Kaplan (2013), tornou-se uma democracia secular, com o objetivo de apaziguar a diversidade de cultos, principalmente entre muçulmanos e hindus. Entretanto, a religião é um elemento importante na política, tendo em vista que alguns políticos angariam votos por meio de discursos religiosos. Os nacionalistas hindus buscaram, por um longo tempo, a redefinição da Índia como uma pátria hindu, assim como o Paquistão é para os muçulmanos (PRICE, 2022).

Um grande desafio central do Estado indiano é superar a desigualdade social. Em 2021, o país estava na 132ª posição, dentre um total de 191 países, no ranking do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que avalia a saúde, a educação e a renda média da população. Conforme matéria publicada pela ONU (2022), o índice diminuiu nos anos de 2020 e 2021, quebrando uma sequência de cinco anos de progresso. Essa queda foi, provavelmente, resultado da Pandemia da COVID 19. Ademais, a desigualdade de renda está crescendo entre os estados indianos, apesar do crescimento econômico do país ao longo do século XXI. O país tem observado, também, um grande crescimento urbano. A estimativa é de que 40% da

¹³ Considerada a casta mais elevada. Os seus integrantes ainda desfrutam de grande prestígio, porém, a reivindicação de privilégios não é mais oficialmente aceita (Enciclopédia Britânica, 2023).

¹⁴ Designação dada aos membros das castas mais baixas ou aos que não tem castas (Enciclopédia Britânica, 2023).

população viverá nas cidades em 2030. As cidades ocupam apenas 3% do território, porém, elas produzem mais de 60% do PIB. O crescimento urbano contribui para a redução da pobreza no país, respondendo por, aproximadamente, 80% da queda. No entanto, esse progresso carrega muitos desafios para a infraestrutura, os serviços e a habitação.

Em relação à expressão econômica, a Índia tem uma das maiores economias do Mundo. De acordo com o Fórum Econômico Mundial (2022), a Índia se tornou, em 2022, a quinta maior economia do globo, ultrapassando o Reino Unido, seu antigo colonizador. As expectativas atuais, em relação ao país, são elevadas, o que o torna uma alternativa atrativa para as empresas que desejam retirar a cadeia de suprimentos da China. Os líderes ocidentais desejam um maior engajamento e cooperação com países que compartilham de valores similares aos deles. Como entendem as analistas Toh e Ziady (2023), os indianos se tornaram uma opção democrática no sul asiático. Contudo, algumas questões devem representar desafios às empresas internacionais. A Índia tem leis trabalhistas mais rigorosas, altas taxas de importação e problemas de infraestrutura a serem superados.

Na expressão científica-tecnológica, uma das principais iniciativas do governo indiano é o Programa *Make in India*, iniciado em 2014, que busca incentivar o investimento, impulsionar a inovação, incrementar a qualidade da mão de obra e desenvolver a infraestrutura industrial. O governo implementou uma política liberal e transparente para fomentar o Investimento Estrangeiro Direto (IED). Nos anos de 2021-2022, foi registrado o maior IED desde o início do programa, totalizando US\$ 83,6 bilhões, provenientes de 101 países. O *Make in India* persegue a nacionalização de setores estratégicos da economia e o robustecimento da cadeia logística de suprimentos (ÍNDIA, 2022a). A BID é um dos setores beneficiados pelo programa. Ademais, o setor de semicondutores também é uma prioridade, em virtude de, atualmente, 60% da produção estar concentrada em Taiwan, uma ilha que está no centro das reivindicações territoriais chinesas contra a manutenção da influência estadunidense. Um possível conflito entre as duas maiores potências do mundo poderá levar à paralização de um setor extremamente vital para as indústrias modernas.

Pelo exposto, a Índia não é um importante ator somente a nível regional. Sua população e economia crescentes refletem a sua posição como um ator mundial de relevância. O país compartilha com o ocidente o regime democrático. Os princípios e valores comuns, próprios desse regime político, facilitam os diálogos e as relações, necessários para

a manutenção do seu crescimento econômico e de intercâmbios culturais e acadêmicos, assim como das colaborações a nível de defesa.

Entretanto, a Índia tem grandes desafios sociais internos. O IDH abaixo dos de muitos países em desenvolvimento mostra como o Estado indiano ainda precisa evoluir, para prover uma qualidade de vida justa para a sua população. Tais questões vão demandar bastante tempo e recursos para serem mitigadas, o que, invariavelmente, impactará na distribuição de recursos financeiros e na prioridade dos objetivos do Estado.

O programa *Make in India* deixa claro o amadurecimento nacional quanto à necessidade de diminuir a dependência estrangeira em setores estratégicos. Assim sendo, antes do desenvolvimento da BID em qualquer Estado democrático, faz-se indispensável a consciência e o entendimento das elites e da população com relação à importância da Defesa para a soberania do país.

3.4 O poder militar

As Forças Armadas da Índia são compostas pela Marinha, Exército e Força Aérea. De acordo com o *Global Fire Power (2023)*, os indianos ocupam a quarta colocação no ranking de poder militar em todo o mundo, que considera as capacidades terrestre, marítima e aérea para um conflito com meios convencionais. Além disso, são considerados os recursos naturais, financeiros, geografia e equipamentos, dentre outros critérios. O país fica atrás somente dos EUA, da Rússia e da China. O Brasil ocupa a décima segunda colocação. O orçamento de defesa da Índia, em 2022, foi em torno de US\$ 66,5 bilhões, 1,92% do seu PIB, o quinto maior orçamento do mundo (INTERNATIONAL INSTITUTE OF STRATEGIC STUDIES, 2023).

A última atualização da Doutrina Conjunta das Forças Armadas indianas foi lançada em 2017. Nesse documento, destaca-se a formulação de uma doutrina de Comando e Controle (C2) para o emprego do armamento nuclear. A Índia é um dos poucos Estados detentores de armamentos nucleares, e continua desenvolvendo essa capacidade, primordial para a manutenção da dissuasão. Cabe destacar o Strategic Forces Command (SFC), um Comando Conjunto estabelecido em 2003, cuja responsabilidade é administrar e prover a segurança do armamento nuclear indiano, que tem como Comandante um Oficial General de três estrelas.

O SFC é o ramo operacional do Nuclear Command Authority (NCA), cuja responsabilidade é decidir quanto ao emprego dos armamentos nucleares e ao funcionamento do sistema de C2. As deliberações em relação à sua utilização cabem ao mais

alto nível político (ÍNDIA, 2017). De acordo com o Military Balance (INTERNATIONAL INSTITUTE OF STRATEGIC STUDIES, 2023), a Índia possui em serviço lançadores de mísseis balísticos de curto e médio alcance; e está em fase de testes o Agni V, um lançador de míssil balístico intercontinental de superfície. Destaca-se o submarino de armamento nuclear Arihant, que foi construído na Índia e concretizou a inclusão do país no seleto grupo detentor da capacidade de fabricação desse tipo de belonave.

O *Military Balance* (INTERNATIONAL INSTITUTE OF STRATEGIC STUDIES, 2023) afirma que as Forças Armadas indianas ainda operam uma quantidade significativa de armamentos de origem soviética ou russa. Com a eclosão do conflito entre a Rússia e a Ucrânia, em 2022, aumentou ainda mais a preocupação com essa dependência, tendo em vista a maior dificuldade para a aquisição de sobressalentes para a condução das manutenções dos equipamentos. Além disso, Nova Delhi reportou, após as sanções econômicas impostas à Rússia, que encerrou as negociações para aquisições adicionais do helicóptero Ka-31 e para a atualização das aeronaves de combate Su-30MKI (Sukhoi). No entanto, permanece a cooperação com os russos para o desenvolvimento dos mísseis S-400, de defesa antiaérea, sob a justificativa de estarem construindo necessidades de defesa imediatas. Em consequência das sanções, os indianos aumentaram a parceria e a compra de armas de origem estadunidense e francesa.

A Índia incluiu também a BID na política governamental *Make in India*, a fim de incentivar o desenvolvimento de sistemas e armamentos nacionais para a modernização necessária de suas Forças Armadas. O *The Military Balance* (INTERNATIONAL INSTITUTE OF STRATEGIC STUDIES, 2023) aponta que tais projetos encaram alguns desafios a serem superados, como o atraso na execução, o aumento dos custos previstos e a capacidade de produção abaixo da necessidade de recompletamento de armas modernas. No entanto, a previsão é que 68% do orçamento total da Defesa seja dedicado aos projetos e programas nacionais.

A Índia possui, atualmente, dois satélites de comunicação, o GSAT-7 e o GSAT-7A, de uso exclusivo da Marinha e da Força Aérea, respectivamente. O Exército está em tratativas para o desenvolvimento do satélite GSAT-7B, a ser desenvolvido pela Indian Space Research Organisation (ISRO), o que constitui mais um passo dos indianos para a autossuficiência em defesa. O satélite GSAT-7, lançado em 2013 e em uso pela Marinha, é utilizado no

monitoramento do Oceano Índico, e proporcionou o fim da dependência contínua de satélites estrangeiros (DHANANJAYAN, 2023).

O Exército da Índia é um dos maiores do mundo, com um efetivo de 1.237.000 soldados no serviço ativo, aproximadamente 85% do quantitativo total das Forças Armadas. A reserva do Exército totaliza 960.000 homens. O efetivo da Força Aérea na ativa é de 139.850 militares, maior do que o da Marinha, e tem 55.000 militares na reserva (INTERNATIONAL INSTITUTE OF STRATEGIC STUDIES, 2023).

A Marinha foi fundada no século XVII, pela Companhia das Índias Orientais. O Comando da Marinha está baseado na capital, Nova Delhi, sob a liderança do Chefe do Estado-Maior da Marinha, equivalente ao cargo brasileiro de Comandante da Marinha. A Força Naval é composta por dois comandos navais operacionais e um comando de treinamento. De acordo com *The Military Balance 2023* (INTERNATIONAL INSTITUTE OF STRATEGIC STUDIES, 2023), o efetivo da Marinha indiana soma 73.850 militares no serviço ativo, incluindo 7.000 aviadores navais; e 55.000 militares na reserva. O Comando Naval Ocidental, baseado em Mumbai, e o Comando Naval Oriental, baseado em Visagapatão, são os Comandos Operacionais, enquanto o Comando Naval do Sul, em Kochi, é o Comando de Treinamento (ÍNDIA, 2023e).

A Marinha da Índia possui 16 submarinos, sendo um submarino de armamento e propulsão nuclear e 15 convencionais. Ela detém dois porta-aviões, o INS Vikramaditya, construído pela então URSS em 1987, e comissionado pela Marinha indiana em 2013; e o INS Vikrant, construído na Índia e comissionado em setembro de 2022, com capacidade para embarcar até 30 aeronaves. Além desses meios, a Marinha indiana também conta com dez destroyers, 16 fragatas, sete corvetas, 157 navios-patrolha e de combate costeiro e 41 meios logísticos e de apoio (pesquisa oceanográfica, levantamento hidrográfico, tanque, dentre outros). No que concerne à capacidade anfíbia, destacam-se um navio de transporte doca, o INS Jalashwa, e sete navios de desembarque (INTERNATIONAL INSTITUTE OF STRATEGIC STUDIES, 2023).

As principais bases da Marinha da Índia estão localizadas em Mumbai, Goa, Karwar, Kochi, Chennai, Visagapatão, Calcutá e Porto Blair. Segundo o documento de Estratégia Marítima daquele país (ÍNDIA, 2015a), a Índia possui duas estações de pesquisa científica na Antártica, Maitri e Bharati, que contribuem para o estudo das monções e dos demais eventos climáticos. A primeira estação científica no Ártico, Himadri, foi inaugurada em 2008.

Diferentemente do Brasil, a Índia tem uma Guarda Costeira, responsável por salvaguardar as riquezas marítimas, como o petróleo, os minerais e a vida marinha; promover a salvaguarda da vida humana e a propriedade no mar; e fazer cumprir as leis, como o combate ao tráfico de drogas, contrabando e a poluição do ambiente marinho. Além disso, a Guarda Costeira é reserva da Marinha de Guerra. Ela conta, atualmente, com 13.000 membros no serviço ativo (ÍNDIA, 2023c).

Um dos objetivos primordiais do governo indiano é modernizar a infraestrutura militar no norte do país (INTERNATIONAL INSTITUTE OF STRATEGIC STUDIES, 2023), em virtude de problemas na fronteira com o Paquistão. Como afirma Kuchay (2021), ambos os países reivindicam a posse integral da disputada região do Himalaia, na Caxemira. No entanto, cada país administra, de fato, uma parte da região. Em novembro de 2003, foi celebrado um cessar-fogo entre os dois países, a fim de estabilizar a região fronteira da Caxemira. Desde então, notou-se um relativo progresso no transporte de pessoal, por meio de empresas de ônibus, e das relações comerciais entre as duas regiões da fronteira. No entanto, as violações ao cessar-fogo aumentaram no final da década passada.

Em 2020, a violência na fronteira ocasionou a morte de, pelo menos, 74 pessoas, entre militares e civis. Em 2021, houve uma reafirmação rara feita pelos Exércitos de ambos os países, quanto ao acordo de cessar-fogo de 2003, provavelmente motivada pela crescente violência na Linha de Controle, que separa a Caxemira indiana e a paquistanesa, o que gerou uma queda vertiginosa nas instabilidades.

Kaplan (2013) afirma que o Paquistão é “a própria encarnação geográfica e nacional de todas as invasões muçulmanas que se abateram sobre a Índia ao longo de sua história”. A rivalidade entre os dois países se estende desde a independência, em 1947, após a retirada do colonizador britânico. Segundo o Almirante Prakash (PRAKASH *in* DUTTON; ROSS; TUNSIØ, 2012), o Paquistão formula sua estratégia nacional com base no antagonismo à Índia.

Há também disputas na fronteira entre a Índia e a China. Os países se envolveram em um conflito limitado em 1962, e, desde então, essa questão permanece latente. Além disso, as controvérsias entre os dois Estados avançam para o mar. Segundo Kaplan (2013), os chineses apresentam aspirações que vão além do Mar do Sul da China, e prosseguem em direção ao Oceano Índico. Com o objetivo de proteger as LCM de interesse, os chineses estão com uma rede de portos amigos em Myanmar, Bangladesh, Sri Lanka e Paquistão.

A China se aproxima do Paquistão, como contraponto à Índia, no sul da Ásia; e a reação indiana foi a de explorar a colaboração com os EUA. Os indianos, por sua parte, são importantes para os estadunidenses, para consolidar a resposta destes à órbita de influência chinesa, que cada vez mais se expande na região do Indo-Pacífico.

O poder de combate das Forças Armadas indianas está em um nível relevante no contexto mundial. Há desafios a serem superados, como a dependência em produtos de defesa estrangeiros e necessidades de modernização. Entretanto, progressos importantes foram alcançados, como a construção recente do submarino nuclear e do porta-aviões. Essas conquistas alcançadas na construção naval e o consequente desenvolvimento tecnológico são exemplos inspiradores para os demais Estados em desenvolvimento. A evolução da BID, por sua vez, invariavelmente fomenta benefícios imediatos, como a criação de empregos e de relações comerciais, bem como as tecnologias obtidas, que terão aplicações civis em outros campos da sociedade.

Os problemas históricos e de fronteiras, principalmente com os vizinhos Paquistão e China, acabam sendo um sinal de alerta para as autoridades e para a população sobre a necessidade de um poder combatente significativo e crível, para promover, em um primeiro momento, a dissuasão. Caso aflore um possível conflito, as forças militares precisam estar equipadas e preparadas para a defesa nacional.

O tamanho do Exército indiano e os citados problemas de fronteira evidenciam que a Índia, no século XX, estava mais preocupada com o poder militar terrestre. Essas questões ainda drenam as energias necessárias para um desenvolvimento marítimo mais contundente. Todavia, os indianos têm a consciência de que, no século XXI, eles precisam, de fato, consolidar a sua liderança no Oceano Índico, e, até mesmo, assumir um papel mais significativo em um ambiente mais amplo, como o Indo-Pacífico.

Neste capítulo, foi apresentada a contextualização do Indo-Pacífico, a denominação mais ampla, que facilita a compreensão da relação da Ásia meridional com o seu entorno oceânico. Em seguida, pôde-se analisar as expressões do poder nacional indiano; e, mais detalhadamente, o poder militar. No próximo capítulo, será tratada a etapa seguinte deste processo, que se iniciou no poder político, passou pelo poder militar e chegou, definitivamente, ao objeto da pesquisa: a Marinha da Índia e a sua relação com a Teoria de Geoffrey Till.

4 A EVOLUÇÃO DA ESTRATÉGIA NAVAL INDIANA

Neste capítulo, será analisada a evolução da estratégia naval da Índia no período de 2010 a 2023, a fim de compará-la com a teoria de Till, já estudada no Capítulo 2. Assim, poderá ser verificada a evolução estratégica e a postura predominantemente adotada pelos indianos no período mencionado: se foi a de uma marinha “moderna”; ou a de uma marinha “pós-moderna”. Antes, no entanto, será apresentada a evolução da estratégia naval da Índia durante a Guerra Fria e na transição para o século XXI, com a finalidade de se compreender com maior precisão as razões que balizaram o comportamento adotado na atualidade.

4.1 A evolução da estratégia naval no século XX e início do XXI

Segundo Joshi¹⁵ (2019), durante o período da Guerra Fria, a Índia, inicialmente, não tomou parte em nenhum dos lados e permaneceu como líder do Movimento Não-Alinhado na década de 1950. O país visualizou, então, a necessidade de equipar a sua Marinha com os meios navais necessários para proteger o seu litoral e o comércio marítimo, em caso de conflito.

No entanto, naquele momento, a força naval não foi prioridade na alocação de recursos do Estado indiano, pois os problemas continentais nas fronteiras com seus vizinhos Paquistão e China tiveram precedência. A ameaça terrestre era facilmente percebida pelas elites indianas. Ademais, os problemas após a independência da Índia e do Paquistão ainda estavam na memória da população. Portanto, a maior parte dos recursos humanos e financeiros era direcionada para o Exército.

Na década de 1960, a Marinha indiana conseguiu adquirir meios navais com os britânicos, tais como fragatas, contratorpedeiros e o seu primeiro porta-aviões, o ex-HMS Hercules, que passou a ser chamado de Vikrant, com a incorporação à Armada indiana (Joshi, 2019). Apesar da aquisição desses meios, a percepção e a contraposição às ameaças

¹⁵ Manoj Joshi é um jornalista indiano especializado em política nacional e internacional. Joshi é membro ilustre do *Observer Research Foundation*, um *Think Tank* sediado em Delhi. Durante a sua longa carreira, de mais de três décadas, ele foi editor de reconhecidos jornais indianos, como o *Times of India*, o *Hindustan Times*, o *India Today*, o *Mail Today* e *The Financial Express*, dentre outros.

provenientes do mar permaneceram em um nível abaixo das possibilidades de perigo nas fronteiras ao norte.

Como entende Joshi (2019), a ruptura com os ingleses veio em 1965, quando a Índia decidiu adquirir submarinos soviéticos, após o Reino Unido relutar em fornecer este tipo de belonave. Em 1971, a Guerra Fria chegou ao subcontinente indiano, pelo fato de os EUA terem resolvido apoiar o Paquistão contra a província rebelde do Paquistão Oriental. A Índia interveio, e o conflito contra o vizinho Paquistão resultou na independência da província, que passou a ser chamada de Bangladesh, como já dito anteriormente.

O fornecimento de armamentos sofisticados por parte do Reino Unido para os indianos poderia desequilibrar as relações de poderes militares entre as duas antigas colônias britânicas, Índia e Paquistão. Portanto, essa possibilidade de desequilíbrio pode ter motivado os ingleses na recusa da venda de submarinos para a Índia, o que acabou intensificando a relação dos indianos com os soviéticos. Em contrapartida, o polo ocidental da Guerra Fria apoiou o Paquistão durante o conflito.

Na última fase desta contenda, os EUA posicionaram o porta-aviões Enterprise, de propulsão nuclear, na Baía de Bengala. Essa ameaça implícita estadunidense influenciou no pensamento estratégico indiano em busca do armamento nuclear, cujo primeiro teste ocorreu em 1974. Os indianos buscaram fortalecer a sua Marinha com o apoio soviético, cujo ápice ocorreu na década de 1980, momento em que a URSS lhes forneceu equipamentos sofisticados, tais como os da classe Kashin, de contratorpedeiros, e da classe Kilo, de submarinos; bem como arrendou, entre 1987 e 1991, um submarino de propulsão nuclear, o INS Chakra (JOSHI, 2019).

Depois de identificar claramente as possíveis ameaças provenientes do mar, a Índia começou e manteve um eficiente programa em busca do armamento nuclear. Iniciou-se uma corrida regional armamentista nuclear entre os indianos e paquistaneses. Caso um dos lados conseguisse a tecnologia à frente do outro, poderia ameaçar a sobrevivência do país que estivesse em desvantagem.

Contudo, o conflito da URSS com o Afeganistão — em que um dos motivos especulados foi a busca soviética de acesso às águas quentes do Oceano Índico — influenciou o pensamento estratégico indiano a não se limitar somente à cooperação com a URSS. A Índia buscou outros sistemas de armas, principalmente na Europa. Ela adquiriu os submarinos convencionais alemães HDW classe 209; as aeronaves de ataque Jaguar, adaptadas para

ataque marítimo, e a aeronave de vigilância Dornier Do 22; além de um segundo porta-aviões, o INS Vlaar, ex-HMS Hermes do Reino Unido (JOSHI, 2019).

Esta guinada da Índia, no diálogo e na comercialização com o outro polo da Guerra Fria, marca uma característica distinta dos indianos: eles são pragmáticos, os interesses nacionais estão acima de qualquer influência e alinhamento político e econômico. Os seus antagonismos com os vizinhos China e Paquistão podem ter moldado esse perfil objetivo e realista.

Como afirma Joshi (2019), o colapso da URSS trouxe desafios à Índia. Primeiramente, no nível tático, os indianos tiveram dificuldades na manutenção dos meios militares de origem soviética. Estrategicamente, ocorreu uma crescente aproximação por parte dos EUA, que apoiaram as intervenções indianas no Sri Lanka, em 1987, e nas Maldivas, em 1988. A Índia, por sua vez, apoiou os EUA na Guerra do Golfo, que ocorreu de 1990 a 1991. Com esses fatos, a relação entre os dois países mudou, e os indianos aceitaram que os estadunidenses exercessem o papel de estabilizadores do Oceano Índico. Com o final da Guerra Fria, a Índia iniciou uma nova fase, marcada pelo aumento da interoperabilidade com marinhas estrangeiras, dentre as quais se destacaram a dos próprios EUA e as marinhas vizinhas do sudeste asiático. Um dos objetivos dos exercícios militares conjuntos entre esses Estados era mostrar que a Índia era um ator independente, não mais engessado pelo alinhamento com o lado soviético.

O pragmatismo da Índia explica essa nova guinada nas relações políticas e comerciais com o Ocidente. O país estava com problemas na modernização de sua força militar, devido à queda da URSS; ele precisava obter o apoio político da potência que começava a assumir a liderança hegemônica mundial, os EUA. Além disso, a cooperação com os vizinhos do sudeste asiático foi uma oportunidade para que os indianos tentassem assumir a liderança regional, no seu entorno estratégico.

Em 1998, a Índia realizou cinco testes nucleares que a credenciaram como um país detentor desse poderoso tipo de armamento. No entanto, a situação ficou mais complexa quando o seu vizinho e rival Paquistão também conduziu testes nucleares que o habilitaram a fazer parte do seleto grupo de países nucleares. Após os testes indianos, os EUA lhes impuseram severas sanções, as quais resfriaram o relacionamento entre os dois Estados. Mas as relações voltaram renovadas e tornaram-se mais intensas no século XXI. Os indianos

apoiaram os estadunidenses no conflito contra o Afeganistão, ao escoltar navios durante o trânsito no estreito de Malaca (JOSHI, 2019).

Pelo exposto, a rivalidade entre Índia e Paquistão ocasionou conflitos durante a Guerra Fria, e a procura, por ambos, pelo armamento dominante daquele período, o nuclear. Essa questão poderia ameaçar a sobrevivência de quem estivesse atrás nessa corrida. Desse modo, a rivalidade entre os dois países tem um histórico robusto que não pode ser ignorado, e que molda, inclusive na atualidade, as relações estratégicas e o preparo e emprego das forças militares de ambos.

Os eventos ocorridos durante a Guerra Fria refletem, ou até mesmo ajudaram a moldar, a personalidade pragmática dos indianos, os quais dialogaram com ambos os polos da contenda durante a bipolaridade marcante da segunda metade do século XX. Eles não estavam preocupados em se alinhar com um determinado lado. Os interesses nacionais ditaram, e ditam, os movimentos geopolíticos deste Estado de proporções subcontinentais. O seu posicionamento de neutralidade no atual conflito entre Rússia e Ucrânia reforça essa personalidade marcante.

No entanto, no século XXI, um outro antagonismo vem ganhando mais força, qual seja: o da China — outro ator muito importante no cenário mundial, que não pode ser ignorado e que vem preocupando ainda mais as elites indianas. Os chineses apresentaram um grande crescimento econômico e militar, o que credencia seu país como postulante a substituir os EUA na hegemonia mundial. A Índia também tem questões fronteiriças pendentes com a vizinha China na região do Himalaia. A rivalidade está avançando também para o mar, principalmente pela influência chinesa no Indo-Pacífico, como visto no capítulo anterior.

Assim, a análise da evolução do poder naval indiano na Guerra Fria e na transição para o século XXI auxiliará na compreensão do desenvolvimento da estratégia naval indiana no período de 2010 a 2023. O confronto entre a teoria de Geoffrey Till, sobre as marinhas “modernas” e “pós-modernas”, e a realidade balizará a compreensão da recente evolução da estratégia naval da Índia. As próximas subseções serão divididas pelas missões típicas de cada tipo de marinha conforme a teoria de Till.

4.2 Controle do mar

A Doutrina Marítima indiana, atualizada em 2015 (ÍNDIA, 2015b), considera o *controle do mar* como um dos conceitos mais importantes do poder naval¹⁶; esse controle consiste em utilizar uma área limitada no tempo e no espaço para a execução de uma determinada operação. Essa definição é similar à da tarefa básica “controlar área marítima” da MB, contida na Doutrina Militar Naval (DMN) (BRASIL, 2017). O documento afirma que o *controle do mar* é um conceito central na estruturação da Marinha indiana, no que se refere aos ambientes abaixo d’água, acima d’água e eletromagnético.

Como citado no capítulo anterior, a Marinha indiana possui dois porta-aviões, 33 navios-escolta, 16 submarinos e uma quantidade relevante de esquadrões e aeronaves, tais como caças MiG-29K, aeronaves antissubmarino, de patrulha marítima, de transporte, dentre outras. Cabe destacar, ainda, a capacidade satelital de C2. Esses meios habilitam os indianos a realizar o controle de área marítima em alto mar, distante da costa. Essas características são evidências que corroboram uma atitude de Marinha “moderna”, conforme a teoria de Till, que busca o controle do mar nos variados ambientes de guerra, tais como na superfície, antissubmarino e aéreo. A missão controle do mar, na concepção “moderna”, demanda meios mais sofisticados, que dificilmente seriam adquiridos e operados por forças irregulares.

A quantidade de meios da Índia é inferior à da sua vizinha China, contudo, está à frente da do Paquistão. Essa competição entre os países foi um dos principais fatores que levaram a Índia a buscar essa expressiva quantidade de meios, que supera não só a dos demais países em desenvolvimento, mas, também, a da grande maioria dos Estados componentes da OTAN. Definitivamente, pode-se inferir que há uma corrida armamentista no sul da Ásia. Essa corrida, porém, não está à altura, nem é vulto, da que ocorreu durante a Guerra Fria, entre EUA e URSS; é uma corrida armamentista em nível regional. Essa disputa por quantidade e qualidade dos meios de guerra é mais um comportamento de marinha “moderna”.

Por outro lado, segundo as palavras do almirante Dhowan, no prefácio da Estratégia de Segurança Marítima (ÍNDIA, 2015a), o surgimento de novas ameaças contribuiu para

¹⁶ Na doutrina indiana (ÍNDIA, 2015b), foi utilizado o termo “maritime power”, cuja tradução é “poder marítimo”. Entretanto, o sentido que os indianos atribuem ao termo “maritime power” é semelhante ao que o Glossário das Forças Armadas brasileiras (BRASIL, 2015) atribui para “poder naval”, ou seja: é o elemento do poder marítimo capaz de atuar militarmente.

reformular a estratégia naval e, conseqüentemente, a atualização dos métodos de contraposição. Conforme seu pensamento:

Além das persistentes ameaças e desafios de natureza “tradicional”, o ambiente de segurança marítima da Índia tornou-se ainda mais complexo e imprevisível nos dias de hoje com a expansão em escala e a presença de uma variedade de ameaças “não tradicionais”. (ÍNDIA, 2015a, p. ii, tradução do autor)¹⁷.

Os ataques terroristas¹⁸ ocorridos em Mumbai em 2008, conhecidos como “26/11”, serviram de alerta para as autoridades quanto às ameaças “não tradicionais”. Como afirma a Estratégia de Segurança Marítima indiana (ÍNDIA, 2015a), os terroristas partiram da cidade de Karachi, no Paquistão, no barco pesqueiro indiano Kuber, e desembarcaram em Mumbai, após matar toda a tripulação. Os ataques provocaram uma reorganização das atribuições das Instituições, e coube à Marinha a responsabilidade pela segurança marítima geral do país, com o apoio da Guarda Costeira e de outras agências federais e estaduais. A força naval indiana implementou alterações na sua estrutura organizacional, nos seus procedimentos operativos e nos seus planos de desenvolvimento.

Cabe ressaltar que a Índia, à época do atentado, não estava preparada para monitorar e identificar uma ameaça assimétrica em navegação costeira. O país se preocupava em se contrapor às ameaças tradicionais, provenientes das Forças Armadas de outros Estados, característica atrelada à marinha “moderna”. Entretanto, a reestruturação organizacional consolidada nos últimos anos demonstrou a preocupação com as novas ameaças e um comportamento mais próximo à marinha “pós-moderna”, ou seja, atenta ao monitoramento da navegação costeira e das ameaças assimétricas.

A Estratégia de Segurança Marítima (ÍNDIA, 2015a) afirma que a Índia direcionou sua atenção para o ambiente marítimo, ciente da sua importância para o progresso e para as relações internacionais. Nos dias de hoje, a Índia tem uma maior interação com os Estados banhados pelo Oceano Índico, e pauta as relações exteriores nesta região por meio de operações combinadas com países do sudeste asiático.

¹⁷ No original: “In addition to persisting threats and challenges of the ‘traditional’ nature, India’s maritime security environment has become even more complex and unpredictable today with the expansion in scale and presence of a variety of ‘non-traditional’ threats”.

¹⁸ O terror foi conduzido na parte sul da cidade por 10 homens armados com metralhadoras e granadas. Acredita-se que eles estavam ligados ao Lashkar-e-Taiba, um grupo terrorista baseado no Paquistão. Foram conduzidos ataques à população civil em hospitais, estação ferroviária, teatro, hotéis e locais públicos (ENCYCLOPEDIA BRITANNICA, 2023).

Essa aproximação demonstra uma atitude colaborativa, uma característica básica de marinha “pós-moderna”. A Índia sabe da importância da cooperação e do compartilhamento de informações de inteligência para se contrapor às novas ameaças, que podem vir não pelos tradicionais navios de guerra, mas, sim, por embarcações descaracterizadas e supostamente inofensivas, que causam danos não só à população civil, como também a navios militares. A sociedade está mais vigilante quanto à perda de vidas dos integrantes das forças militares. Um ataque assimétrico, realizado até mesmo por pequenas embarcações não tripuladas, pode trazer prejuízos para a sensação de segurança pela população, principalmente em países democráticos como a Índia. Assim, a Marinha indiana vem desenvolvendo o seu comportamento “pós-moderno” na última década.

A Força Naval indiana tem, concomitantemente, características “moderna” e “pós-moderna” na missão de controle do mar. O comportamento “moderno” permanece útil na contraposição às possíveis ameaças provenientes da China e do Paquistão, mais relacionadas a uma abordagem competitiva. No entanto, a Índia está ciente da complexidade das novas ameaças e como elas podem infligir danos. O país adota também uma abordagem colaborativa com outros países banhados pelo Oceano Índico, a fim de se contrapor de forma mais efetiva contra as novas ameaças. Essa foi uma alteração na estratégia naval indiana observada na última década.

4.3 A dissuasão nuclear

Segundo a Doutrina Marítima indiana (ÍNDIA, 2015b), a dissuasão pode ser realizada por duas formas: a nuclear ou a convencional. A deterrence nuclear basicamente se sustenta no poder de destruição em massa do armamento nuclear. O principal propósito da arma nuclear para os indianos é impedir o uso ou a ameaça do emprego desse tipo de arma contra o seu país. Conforme exposto na Subseção 4.1, referente à evolução da estratégia naval durante a Guerra Fria, pode-se verificar que o posicionamento do Porta-Aviões Enterprise, da US Navy, na Baía de Bengala, durante o conflito contra o Paquistão, em 1971, foi providencial para o planejamento estratégico indiano de alcançar a capacidade nuclear. A Índia, explicitamente, está empenhada na política de No First Use (NFU), o que quer dizer que, em um possível conflito, ela não será o primeiro Estado a empregar o armamento nuclear. Além disso, o País se compromete a não usar a arma nuclear contra países que não tenham esse tipo de armamento.

O armamento nuclear é, essencialmente, um equipamento da marinha “moderna”, conforme a teoria de Till, em virtude de a sua posse ser, essencialmente, competitiva por natureza. Os países detentores dessa tecnologia, normalmente, não transferem o conhecimento nem mesmo para aliados próximos. Na marinha “moderna” prevalecem, unicamente, os próprios interesses do país. Os Estados que perseguem o desenvolvimento e a posse desse tipo de armamento sofrem grandes pressões políticas, como a própria Índia sofreu dos EUA.

A Índia evoluiu sobremaneira na sua estratégia nuclear na última década. Em 2016, comissionou o submarino de armamento e propulsão nuclear INS Arihant. O país fez grandes esforços para desenvolver a tecnologia necessária para a produção nacional dessa poderosa belonave de dissuasão. Em outubro de 2022, a Marinha da Índia realizou testes com seu míssil balístico lançado de submarino (*submarine-launched ballistic missile* — SLBM), o que elevou ainda mais a sua credibilidade na capacidade de derretência nuclear.

Em dezembro de 2022, foi realizado um teste nuclear com o Agni-V, um míssil balístico lançado de terra. O alcance desse armamento no teste excedeu 5.000 km, sendo uma forte mensagem para a China, pois dá, à Índia, a capacidade de acertar alvos naquele país (PANDIT, 2022).

A Índia alcançou com esses testes a tríade nuclear, ou seja, a possibilidade de lançar armamento nuclear por ar, terra e mar. Somente os EUA, China, Rússia e, agora, a Índia alcançaram essa capacidade. O Estado indiano não só permanece com o comportamento “moderno” com a dissuasão nuclear, como também o intensificou com os avanços tecnológicos alcançados, em virtude de ser essencial para a sobrevivência do país, por estarem, em seu entorno, dois vizinhos nucleares rivais.

Observa-se que a arma nuclear é o ápice do comportamento competitivo. Além de não compartilharem a tecnologia, os países nucleares não utilizariam essa arma em prol da defesa de um terceiro Estado. O seu uso, de fato, só seria plausível em caso de extrema tentativa de manutenção da sobrevivência do próprio Estado, mesmo que seja uma ameaça que pode levar à extinção de ambos os contentores, em virtude do poder de destruição dessa arma.

4.4 *Projeção de poder*

De acordo com a Doutrina Marítima indiana (ÍNDIA, 2015b), as OpAnf são uma forma de *projeção de poder naval* sobre terra, e são consideradas operações militares conjuntas, em que

um poder terrestre é projetado em terra vindo do mar. Normalmente, em uma OpAnf típica, meios navais embarcam forças terrestres no porto e as transportam até a área de operações. Essas forças podem ser lançadas em uma costa hostil ou potencialmente hostil, e precisam ser sustentadas durante o período da operação. A Estratégia de Segurança Marítima (ÍNDIA, 2015a) reforça que as operações anfíbias são operações conjuntas que, devido à sua complexidade, requerem muita coordenação entre as três Forças Armadas. Na MB, a OpAnf é uma operação tipicamente naval¹⁹, em que pese a possibilidade de depender de ações das outras forças, como o apoio da Força Aérea Componente, para conquistar a superioridade aérea.

A principal diferença doutrinária entra a Marinha indiana e a MB é o fato de a primeira não ter uma Força de Fuzileiros Navais. A força de desembarque em uma OpAnf é composta por militares do Exército. Os *Marines*, na Marinha indiana, são uma força especial empregada nas regiões lacustres das fronteiras entre China e Paquistão, bem como utilizada para compor os grupos de visita e inspeção durante as patrulhas navais.

A Marinha indiana é detentora de dois porta-aviões, que são muito importantes para estabelecer um grau de controle aéreo adequado durante uma OpAnf. Além disso, ela possui número expressivo de escoltas, essenciais para prover a proteção do corpo principal, que transporta a força de desembarque e meios em navios de desembarque e navio doca. Portanto, avalia-se ser exequível uma OpAnf com as capacidades citadas. Com isto, pode-se inferir, inicialmente, uma postura “moderna” por parte da Índia, em virtude de Till atribuir a OpAnf tradicional como assalto anfíbio, uma missão inerente às marinhas “modernas”.

Segundo o Capitão de Mar e Guerra Doraibabu e o Capitão de Fragata Amrut Godbole, no livro *A decade of Transformation* (DORAIBABU; GODBOLE, 2023), são realizados periodicamente exercícios com operações anfíbias entre as três forças e a Guarda Costeira, como o AMPHEX, o Jal Prahar e o Defense of Andaman and Nicobar Islands Exercise (DANX). O AMPHEX é o principal exercício anfíbio, e, normalmente, é realizado nas ilhas de Andamã e Nicobar. Essas ilhas são posições estratégicas, em virtude da proximidade a importantes LCM.

Apesar de manter a capacidade de empregar sua Força Naval na modalidade de OpAnf denominada Assalto Anfíbio, uma operação adotada pelas marinhas “modernas”, a Índia vem, nos últimos anos, evoluindo a aplicabilidade de seus meios anfíbios para outras missões com

¹⁹ Conforme a DMN brasileira (BRASIL, 2017), a OpAnf é uma operação naval executada por uma Força Tarefa Anfíbia em um litoral hostil, potencialmente hostil ou até mesmo permissivo, a fim de introduzir uma Força de Desembarque.

o comportamento mais alinhado às marinhas “pós-modernas”, como será visto na próxima subseção.

4.4 Operações Expedicionárias e Operações de Estabilidade/Assistência Humanitária (HADR)

Como caracteriza a Doutrina Marítima indiana (ÍNDIA, 2015b), as *operações expedicionárias* são uma outra forma de projeção de poder naval, que implica no emprego de forças militares no exterior apoiadas por meios próprios de transporte aéreo e marítimo para o cumprimento dos objetivos nacionais. Essas operações também podem abranger operações anfíbias. Esse conceito está mais próximo ao que a MB considera como projeção anfíbia²⁰. Till considera as *operações expedicionárias* como um tipo de marinha “pós-moderna”.

Segundo o documento de Estratégia Marítima (ÍNDIA, 2015a), durante o conflito da Líbia, em 2011, a Marinha da Índia enviou o Navio Doca Jalashwa e o Destroyer Mysore para executar uma Operação de Evacuação de Não Combatentes (OpENC). Além disso, em 2006, a Marinha da Índia também evacuou, do Líbano, 1.764 cidadãos indianos e 516 de outras nacionalidades. Em 2015, realizou uma outra OpENC, desta vez no Iêmen, na qual se somaram 1.783 indianos e 1.291 nacionais de outros 35 países.

Essas missões realizadas demonstraram um avanço no emprego do conjugado anfíbio em favor de atribuições diferentes do tradicional ataque a uma praia hostil. Esse novo emprego está mais alinhado a um comportamento não tradicional e, até mesmo, colaborativo, ao evacuar não combatentes de diferentes nacionalidades. Na última década, a Marinha indiana evoluiu em prol de uma atitude mais “pós-moderna” nas operações expedicionárias.

O Oceano Índico e o litoral que o circunda compreendem a região com o maior índice de desastres ocasionados por fenômenos naturais do planeta, provenientes de terremotos, ciclones, tsunamis e inundações. A Marinha indiana, nos últimos anos, tem estado na linha de frente das operações de HADR nas regiões costeiras daquela área, tanto nos desastres ocorridos no país quanto no exterior. Além disso, ela tem promovido o desenvolvimento das capacidades e a coordenação de operações combinadas com outras marinhas da região. No século XXI, a Marinha indiana já prestou apoio em desastres ocasionados por tsunamis, ciclones e chuvas fortes, inclusive no exterior (ÍNDIA, 2015a).

²⁰ De acordo com o DMN, projeção anfíbia é uma modalidade de OpAnf em que se utiliza as características do conjugado anfíbio para introduzir em terra, a partir do mar, meios para executar tarefas específicas para apoiar operações de guerra naval.

As *Operações de HADR*, caracterizadas por Till como operações engajadas por marinhas “pós-modernas”, vêm sendo massivamente empregadas pela Índia nos últimos anos. Os indianos direcionam este tipo de operação principalmente para os países asiáticos banhados pelo Oceano Índico, aumentando a sua influência na região. Essa é uma ação típica de *soft power*²¹. Observa-se que as missões “pós-modernas” têm um comportamento alinhado ao conceito de *soft power*, e podem colaborar sobremaneira para o aumento de prestígio e de influência em outros Estados. Em contrapartida, o *hard power* é uma conduta muito mais próxima do conceito de marinha “moderna”, competitiva em sua essência.

As *Operações de HADR* desempenhadas pela Marinha indiana em países da região do Indo-Pacífico colaboram para as suas relações com países que estão sujeitos a serem absorvidos pela zona de influência chinesa. São ações que não só estreitam as relações interestatais, como também levam a opinião pública interna e externa a ficar a favor das forças militares indianas. A Marinha evoluiu estrategicamente com a OpENC e a *Operação de HADR*, ao assumir um papel mais colaborativo, típico de marinha “pós-moderna”. Entretanto, ela mantém a sua capacidade clássica de emprego das OpAnf em caso de possível degradação da cooperação internacional.

4.5 Boa ordem do mar

O mar é um meio de comunicação essencial para a prosperidade dos Estados. A segurança das LCM, por sua vez, é essencial para a manutenção do livre comércio. Além disso, o mar é uma importante fonte de recursos vivos e não vivos. Grande parte dos hidrocarbonetos, fontes de energia essenciais para o funcionamento das indústrias e transportes, é extraída do mar. Os recursos vivos são itens importantes na alimentação mundial. Portanto, a *boa ordem do mar* é essencial para o equilíbrio econômico e social.

O aumento contínuo da importância do mar acompanhou também um crescente número de ameaças. A pirataria é um antigo perturbador da boa ordem do mar, que ganhou uma nova roupagem na atualidade. Recentemente, o Indo-Pacífico foi cenário de inúmeros casos de pirataria no mar da Somália e no Golfo de Áden. De acordo com a Estratégia de Segurança Marítima Indiana (ÍNDIA, 2015a), os esforços cooperativos entre as marinhas internacionais resultaram na diminuição das práticas de pirataria nessas regiões a partir de 2012.

²¹ Segundo a definição do Dicionário de Cambridge: o uso da influência para persuadir outros países a fazer algo, em vez de usar o poder militar (tradução do autor).

A Pesca Ilegal, Não Declarada e Não Regulamentada — do inglês Illegal, Unreported and Unregulated Fishing (IUU) — é um outro problema mundial que desafia as leis internacionais e nacionais sobre a gestão dos recursos marinhos vivos, bem como se configura uma ameaça aos ecossistemas oceânicos e à pesca sustentável. Este problema pode não só trazer grandes danos à biodiversidade, como também à subsistência das futuras gerações.

De acordo com Doraibabu e Godbole (2023), o Conclave de Segurança Colombo, entre Índia, Sri Lanka e Maldivas, promove a segurança marítima e o combate ao tráfico e ao crime organizado. Além disso, desde 2013, Índia e Myanmar realizam patrulhas combinadas para combater a pesca ilegal, o tráfico de drogas, o tráfico de pessoas e a caça furtiva. A Índia e a Tailândia mantêm relações de cooperação em uma gama de interações, dentre elas, patrulhas combinadas e exercícios nas linhas de fronteira marítima, para prevenir atividades ilegais e manter a segurança das LCM.

A Marinha indiana assumiu a responsabilidade pela segurança marítima do país após os atentados terroristas de 2008; ela conta com o apoio da Guarda Costeira e de outras agências governamentais. No período de 2010 a 2023, a Marinha indiana aumentou consideravelmente as operações combinadas, para se contrapor às ameaças à boa ordem do mar, como pôde ser observado nas citadas cooperações com os Estados insulares do entorno marítimo e com os Estados do Sudeste Asiático. A Índia também realiza o exercício bienal IBSAMAR, com o Brasil e a África do Sul, desde 2008. Nos anos de 2016 e 2018, foram realizados exercícios antipirataria em prol da boa ordem do mar.

Diante do exposto, a evolução da estratégia naval indiana na última década teve uma atitude explicitamente “pós-moderna”, em virtude de se empenhar na colaboração com outros países em prol da *inclusiva boa ordem do mar*. A Índia tem consciência de que as ameaças podem ser perpetradas por atores não estatais, o que dificulta a sua identificação e monitoramento. O intercâmbio de informações de inteligência e o engajamento combinado facilitam a contraposição a essas ameaças difusas e complexas. Os benefícios alcançados por meio da colaboração entre os Estados são mais extensos, duradouros e, conseqüentemente, contribuem para a segurança geral da navegação.

4.6 Diplomacia naval

Como afirma Speller (2019), as marinhas podem se utilizar da *diplomacia naval* para dissuadir um inimigo ou uma potencial ameaça; porém, há outros métodos disponíveis, além

da *diplomacia da canhoneira*, dos quais os Estados podem se valer para ter uma vantagem diplomática ou para evitar perdas. Speller prossegue exemplificando com a visita de três navios indianos ao porto de Haifa, em Israel, em 2017, no mesmo período da visita diplomática realizada pelo Primeiro-Ministro indiano àquele país do Oriente Médio.

A *diplomacia naval* também abrange os exercícios bilaterais e multilaterais. De acordo com a Estratégia de Segurança Marítima (ÍNDIA, 2015a), o exercício Malabar começou, em 1992, como um exercício bianual entre os EUA e a Índia no Oceano Índico. Após a Índia realizar testes nucleares em 1998, o exercício foi interrompido. Entretanto, depois do atentado de “11/09”, os EUA aumentaram seus esforços quanto à segurança marítima, o que acarretou a volta da condução do exercício Malabar, agora com frequência anual.

Em 2017, foi a primeira vez que o exercício foi realizado no Oceano Pacífico, e contou com a participação de outros países, como a Austrália e Singapura. Em 2015, o Japão participou pela primeira vez como membro permanente, após participar em anos anteriores como observador. Em 2020, foi a vez da Austrália se juntar novamente ao exercício Malabar, e, desde então, os membros do Quadrilateral Security Dialogue (Quad)²² vêm operando anualmente. O exercício promove a cooperação e a interoperabilidade, e, nos últimos anos, tem crescido em escopo, por visar ao combate às variadas ameaças e desafios à segurança marítima no Indo-Pacífico.

As evidências apresentadas — a primeira, em relação à atracação de navios indianos em Israel concomitantemente à visita do Primeiro-Ministro; e a segunda, sobre o exercício Malabar — são típicos exemplos dados por Till (2018) de *diplomacia naval colaborativa*, característica de marinhas “pós-modernas”. O próprio exercício IBSAMAR, com o Brasil e a África do Sul, é mais um exemplo que se encaixa perfeitamente na descrição feita por Till. A Índia, no século XXI, não tem sido adepta da tradicional *diplomacia da canhoneira*, mas tem se revelado um bom exemplo de país que busca a cooperação diplomática.

Conforme a publicação *The Military Balance* (INTERNATIONAL INSTITUTE OF STRATEGIC STUDIES, 2023), a Índia vem aumentando as suas atenções para a segurança do Indo-Pacífico. As Forças Armadas do país participam, cada vez mais, de exercícios bilaterais e multilaterais. Os indianos são um dos principais fornecedores de tropas para as missões de paz da Organização das Nações Unidas (ONU). Em abril de 2022, por exemplo, ocorreu o

²² O Quad é composto pelos EUA, Índia, Japão e Austrália.

quarto encontro anual entre os EUA e a Índia, conhecido como “*US — India 2+2 Ministerial Dialogue*”. Naquela ocasião, foi confirmada a participação da Índia nas Forças Marítimas Combinadas do Bahrein, como membro associado. Segundo o Ministro da Defesa da Índia, Rajnath Singh, essa participação fortalece a cooperação em prol da segurança marítima no Oceano Índico Ocidental (PERI, 2022); aprimora a diplomacia naval indiana; e é um dos mais recentes compromissos multilaterais assumidos pelo país.

A Índia visualiza a importância da área marítima supervisionada por essa Força Marítima combinada, que abrange importantes LCM mundiais, principalmente para a segurança do tráfego marítimo de hidrocarbonetos. Além disso, a participação em missões de paz é uma tentativa de fortalecer o país como um ator mundial importante, pelo viés cooperativo da marinha “pós-moderna”.

Conforme Doraibabu e Godbole (2023), o Estado indiano tem uma parceria de longa data com a Rússia, e esse estreitamento de laços se estendeu para o desenvolvimento e a produção conjunta de tecnologias e sistemas de defesa, como o sistema de míssil BrahMos e a produção na Índia, sob licença, de aeronaves SU-30 e de tanques T-90, ambos russos. Em dezembro de 2021, a Índia começou a receber da Rússia o Sistema de Míssil Triumph S400, que foi mantido mesmo com as sanções impostas pelo conflito entre Rússia e Ucrânia. Os dois países, além disso, realizam, anualmente, o Exercício Índia-Rússia (INDRA).

Assim, visualiza-se que os indianos assumem uma postura “pós-moderna”, ao desenvolverem a sua *diplomacia naval* de forma colaborativa. O país, por exemplo, tem uma parceria de longa data com os russos, ao mesmo tempo que consolidou, nos últimos anos, suas relações com os EUA. Mais uma vez, observa-se claramente o pragmatismo indiano nas relações internacionais colaborativas.

A cooperação com os EUA tem como pano de fundo a contraposição com a China. Os chineses, cada vez mais, expandem a sua zona de influência no Indo-Pacífico; e os indianos e os estadunidenses compartilham da necessidade de contraposição ao avanço chinês. Essa parceria bilateral foi posteriormente incrementada com a formação do Quad, quando foram incluídos o Japão e a Austrália.

Entretanto, apesar do perfil “pós-moderno” da *diplomacia naval* indiana, a *diplomacia competitiva da canhoneira* não pode ser totalmente desconsiderada, mesmo que as informações e interpretações sobre os indianos confluem para um relacionamento colaborativo. A Índia possui meios em qualidade e quantidade suficientes para se utilizar desse

tipo de *diplomacia competitiva*, caso degrade a sua relação com algum ator militarmente inferior. Os indianos sabem claramente que as Forças Armadas não podem ser improvisadas em um curto espaço de tempo. Então, eles atuam de forma assertiva na estratégia naval, para preparar uma Marinha competitiva, para o caso de a dissuasão não surtir o efeito desejado.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo se propôs a responder como se sucedeu a evolução da estratégia naval indiana, sob a ótica da teoria de Geoffrey Till, sobre o papel das marinhas no século XXI. As evidências observadas, no período de 2010 a 2023, foram confrontadas com cada missão que compõe os comportamentos de marinhas “modernas” e “pós-modernas”.

Primeiramente, foi apresentado o conceito da Teoria de Till. Constatou-se que as marinhas “modernas” apresentam características comuns, como a prevalência da competitividade, em favor do atendimento exclusivo dos próprios interesses, e a tendência de se dedicar a missões mais tradicionais e convencionais. Em contrapartida, as marinhas “pós-modernas” priorizam o desenvolvimento de missões que respondam de forma colaborativa às múltiplas ameaças oriundas da globalização. Concluiu-se que a globalização tem uma característica bipolar, em que, ao mesmo tempo que concorre para importantes avanços econômicos e sociais, contribui para o surgimento de novas ameaças, ou, até mesmo, para o retorno de antigas ameaças, como a pirataria.

Em seguida, analisou-se o crescimento da importância da região do Indo-Pacífico, que se tornou o novo centro de gravidade do poder mundial. A crescente importância dessa área estratégica intensificou disputas geopolíticas, como o avanço da influência chinesa na região. A China intensificou suas relações com o Paquistão, tradicional rival da Índia, para avançar de forma mais incisiva a sua influência na região do Oceano Índico. Por outro lado, Índia e EUA intensificaram as relações mútuas, com o objetivo de se contraporem à China.

Em virtude das características peculiares da Índia e, até mesmo, de um conhecimento não tão difundido no ocidente sobre as culturas orientais, realizou-se uma contextualização histórica, que foi seguida pela análise dos poderes nacionais. Destaca-se a democracia indiana, que tem semelhanças com a do ocidente, mas que, ao mesmo tempo, apresenta diferenças peculiares, principalmente pela divisão social do país em castas, que, na prática, ainda desafia

a sua democracia. Além disso, cabe salientar a economia pujante do país, que se contrasta com os desafios sociais.

O poder militar indiano é o quarto mais poderoso do mundo. No entanto, permanece, ainda, um desequilíbrio entre a Força Terrestre e a Naval. O Exército tem uma superioridade expressiva em recursos materiais e pessoais. A causa dessa diferença é a alta percepção das ameaças latentes nas fronteiras terrestres entre Paquistão e Índia. A Força Naval apresentou uma maior evolução na estratégia de meios após identificar as possíveis ameaças provenientes do mar, quando da presença do Porta-Aviões Enterprise, da US Navy, na Baía de Bengala, durante o conflito da Índia contra o Paquistão, em 1971.

Cabe destacar o pragmatismo indiano, que habilita o país a dialogar de forma proveitosa com os países do ocidente e do oriente, em favor dos interesses nacionais. A Índia tem um relacionamento diferenciado com a Rússia, ao mesmo tempo que intensifica suas relações com os EUA, Austrália e Japão, por meio do Quad, a fim de se contrapor à crescente influência chinesa no Indo-Pacífico.

De posse dessas importantes informações, foi realizada a análise da evolução da estratégia da Índia durante o período de 2010 a 2023. A Índia apresentou uma evolução expressiva no comportamento “pós-moderno” de *controle do mar*, atento à compilação das informações provenientes das regiões costeiras, a fim de se contrapor de forma mais efetiva às ameaças não estatais, com a cooperação da Guarda Costeira indiana, de agentes governamentais e de países da região. Entretanto, o país continua com a capacidade de realizar *controle do mar* “moderno” em águas azuis, principalmente com a motivação de se contrapor aos seus principais rivais: China e Paquistão.

A Índia executa uma missão competitiva em essência, a *dissuasão nuclear*. Sua principal evolução foi a conquista da tríade nuclear, ou seja, passou a ter a capacidade de realizar um ataque nuclear por meio de mísseis balísticos, bombardeiros e de submarino de propulsão e armamento nuclear.

O país mantém sua capacidade de realizar uma OpAnf tradicional de caráter “moderno”, tal como um assalto anfíbio. Todavia, evoluiu com o emprego dos seus meios anfíbios em favor de operações com características “pós-modernas”, como a *operação expedicionária* e a *operação de ajuda humanitária*.

Além disso, o país desenvolveu a sua estratégia em favor da *inclusiva boa ordem do mar*. A Índia opera com países insulares no entorno do subcontinente indiano, bem como

intensifica suas operações combinadas com países do sudeste asiático. Entende-se que essa é a melhor forma de se contrapor às múltiplas ameaças, que, muitas vezes, não são provenientes de atores estatais.

Em relação à *diplomacia naval*, a postura da Índia tem característica colaborativa, e típica de marinha “pós-moderna”, ao intensificar exercícios multinacionais e utilizar a *diplomacia naval* em favor da sua política externa, como pôde ser observado por ocasião da atracação de navios indianos em Israel durante a visita do primeiro-ministro indiano.

A Índia apresentou expressivas evoluções da estratégia naval no período de 2010 a 2023, bem como teve um comportamento predominante de marinha “pós-moderna”. Entretanto, o país tem recursos pessoais e materiais suficientes para adotar uma postura de marinha “moderna”, caso as relações colaborativas se degradem. Sugere-se estudar, em uma futura pesquisa, se o principal conflito da atualidade, entre Rússia e Ucrânia, poderá degradar as relações colaborativas e, conseqüentemente, intensificar a aplicação das missões “modernas” pela Índia.

Esta pesquisa poderá ter importantes implicações para o Brasil. Primeiramente, pela necessidade de identificação das possíveis ameaças pelo Estado brasileiro, a fim de que a elite política e a sociedade tenham o conhecimento de que é necessário o investimento de recursos financeiros para o aprestamento e preparo das Forças Armadas, pois não é possível prepará-la satisfatoriamente somente quando estiver na iminência de um conflito. Mesmo com as dificuldades sociais da Índia, aquele país entende a necessidade de preparar as suas forças para a manutenção da sua soberania.

Além disso, as relações interestatais da Índia, em favor da *inclusiva boa ordem do mar* e da *diplomacia naval colaborativa*, são importantes exemplos, cujos ensinamentos poderão colaborar para o aprimoramento da relação da MB com os países do entorno estratégico do Brasil. As operações combinadas auxiliam no engajamento contra as múltiplas ameaças da atualidade.

Por fim, o *Programa Make in India* busca a nacionalização de setores estratégicos do Estado indiano, bem como a consolidação de sua cadeia logística. A BID indiana é um dos setores beneficiados, cujos ensinamentos colhidos poderão ser analisados para uma possível implicação ao desenvolvimento da BID brasileira.

REFERÊNCIAS

ALLCHIN, Frank. THAPAR, Romila. SPEAR, Percival. **INDIA**. 2023. Disponível em: <https://www.britannica.com/place/India>. Acesso em: 27 jun. 2023.

BRASIL. Marinha do Brasil. **EMA-305 — Doutrina Militar Naval**. Brasília, 2017.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Glossário das Forças Armadas**. 5. ed. 2015. Disponível em: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/legislacao/emcfa/publicacoes/doutrina/md35-G-01-glossario-das-forcas-armadas-5-ed-2015-com-alteracoes.pdf/view>. Acesso em: 12 jun. 2023.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Política Nacional de Defesa**. Brasília, 2020.

CAMBRIDGE. **English Dictionary**. 2023. Disponível em: <https://dictionary.cambridge.org/dictionary/english/hard-power>. Acesso em: 29 jul. 2023.

CLAUSEWITZ, Carl Von. **On War**. New Jersey: Princeton University Press., 1984.

COUTAU-BÉGARIE, H. **Tratado de Estratégia**. Tradução de Brigitte Bentolila de Assis Manso et al. Rio de Janeiro: Escola de Guerra Naval, 2010. V.1 426 p. Título Original: *Traité de stratégie* 5ª éd.

DHANANJAYAN, Arvind. **India's Military Satellites: The Armed Forces' Bulwarks For Communication & Surveillance**. 2023. Disponível em: <https://chanakyaforum.com/indias-military-satellites-the-armed-forces-bulwarks-for-communication-surveillance>. Acesso em: 25 jul. 2023.

DORAIBABU, M.; GODBOLE, Amrut. **A Decade of Transformation: Signalling Power and Partnerships**. Gurgaon: HarperCollins, 2023.

ENCYCLOPEDIA BRITANNICA. 2023. Disponível em: <https://www.britannica.com>. Acesso em: 20 jul. 2023.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. **Indo-Pacific Strategy of the United States**. Publicado em: fevereiro de 2022. Disponível em: <https://www.whitehouse.gov/wp-content/uploads/2022/02/U.S.-Indo-Pacific-Strategy.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2023.

FÓRUM ECONÔMICO MUNDIAL. **Economic Progress**. 2022. Disponível em: <https://www.weforum.org/agenda/2022/09/india-uk-fifth-largest-economy-world>. Acesso em: 8 jun. 2023.

GLOBAL FIRE POWER. **2023 Military Strength Ranking**. 2023. Disponível em: <https://www.globalfirepower.com/countries-listing.php>. Acesso em: 26 jul. 2023.

ÍNDIA. **Governance & Administration**. National Portal of India. 2023a. Disponível em: <https://www.india.gov.in/topics/governanceadministration#:~:text=India%20is%20a%20Sovereign%20Socialist,constitutional%20head%20of%20the%20country>. Acesso em: 8 jul. 2023.

ÍNDIA. Government of India. **Indian Culture: K. M. Panikkar**. 2023b. Disponível em: <https://indianculture.gov.in/digital-district-repository/district-repository/k-m-panikkar>. Acesso em: 24 jun. 2023.

ÍNDIA. Indian Coast Guard. **Mission**. 2023c. Disponível em: https://indiancoastguard.gov.in/content/248_3_Mission.aspx. Acesso em: 24 jul. 2023.

ÍNDIA. Indian Navy. **Bio data Admiral - Arun Prakash**. 2023d. Disponível em: https://www.indiannavy.nic.in/sites/default/files/ADM_ARUN_PRAKASH.pdf. Acesso em: 25 jul. 2023.

ÍNDIA. Indian Navy. **Indian Maritime Doctrine**. 2015b. Disponível em: <https://www.indiannavy.nic.in/content/indian-maritime-doctrine-2015-version>. Acesso em: 10 jun. 2023.

ÍNDIA. Indian Navy. **Indian Maritime Security Strategy**. 2015a. Disponível em: https://www.indiannavy.nic.in/sites/default/files/Indian_Maritime_Security_Strategy_Document_25Jan16.pdf. Acesso em: 10 mai. 2023.

ÍNDIA. Indian Navy. **Organisation and Bases**. 2023e. Disponível em: <https://www.joinindiannavy.gov.in/en/about-us/bases.html>. Acesso em: 17 jul. 2023.

ÍNDIA. **Joint Doctrine Indian Armed Forces**. 2. ed. 2017

ÍNDIA. Ministério do Comércio e Indústria. **Make in India completes 8 years**. 2022a. Disponível em: <https://pib.gov.in/PressReleasePage.aspx?PRID=1861929>. Acesso em: 9 jul. 2023.

ÍNDIA. Ministry of Home Affairs. **Costal Security**. Publicado em: agosto/2022. 2022b. Disponível em: https://www.mha.gov.in/sites/default/files/2022-08/BM_II_CostalSecurity_18062019%5B1%5D.pdf. Acesso em: 02 jul. 2023.

INTERNATIONAL INSTITUTE OF STRATEGIC STUDIES. **The military Balance**. London: Routledge, 2023.

JAVAID, Arfa. **List of Chief of the Naval Staff of India**. 2021. Disponível em: <https://www.jagranjosh.com/general-knowledge/list-of-chief-of-the-naval-staff-of-india-since-1947-1638258805-1>. Acesso em: 31 jul. 2023.

JOSHI, Manoj. **Disputes with Pakistan and China limit India's sea projection**. 2019. Disponível em: <https://www.orfonline.org/research/india-rediscovers-the-indian-ocean-54684>. Acesso em: 4 jul. 2023.

KAPLAN, Robert. **A Vingança da Geografia: a construção do mundo geopolítico a partir da perspectiva geográfica.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

KING'S COLLEGE LONDON. **Biography Professor Geoffrey Till.** 2023. Disponível em: <https://www.kcl.ac.uk/people/till-professor-geoff>. Acesso em: 2 ago. 2023.

KUCHAY, Bilal. **What prompted India-Pakistan ceasefire pact along Kashmir border?**. 2021. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/news/2021/3/9/will-the-india-pakistan-ceasefire-pact-along-kashmir-border-hold>. Acesso em: 24 jul. 2023.

MISHRA, Anshuman. **India's strong opposition to China's BRI at UN conference in Beijing.** 2021. Disponível em: <https://ddnews.gov.in/national/india%E2%80%99s-strong-opposition-china%E2%80%99s-bri-un-conference-beijing-hit-sudden-technical-snap>. Acesso em: 9 jul. 2023

MOHAN, Raja. **Sino-Indian Rivalry in the Indo-Pacific.** Washington: Carnegie Endowment, 2012.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Poverty and Urbanisation.** 2022. Disponível em: <https://india.un.org/en/171267-poverty-and-urbanisation>. Acesso em: 8 jul. 2023.

PANDIT, Rajat. **Air drill & Agni-V test.** 2022. Disponível em: <https://timesofindia.indiatimes.com/india/air-drill-agni-v-test-india-signals-to-china/articleshow/96261947.cms>. Acesso em: 23 mai. 2023.

PANIKKAR, K. M. **India and the Indian Ocean: An Essay on the Influence of Sea Power on Indian History.** 2. ed. Londres: George Allen & Unwin, 1951.

PERI, Dinakar. **India begins cooperation with Bahrain-based Combined Maritime Forces.** 2022. Disponível em: <https://www.thehindu.com/news/national/india-begins-cooperation-with-bahrain-based-combined-maritime-forces/article65741512.ece>. Acesso em: 24 jul. 2023.

PRAKASH, Arun. India's growing maritime power: roots, objectives and long-term plans. *In* DUTTON, Peter; ROSS, Robert S.; TUNSIØ, Øystein. **Twenty-First Century Seapower: Cooperation and conflict at sea.** Oxon: Routledge, 2012.

PRICE, Gareth. **Democracy in India.** 2022. Disponível em: <https://www.chathamhouse.org/2022/04/democracy-india>. Acesso em: 8 jul. 2023.

ROLLS-ROYCE. **Autonomous ships.** 2016. Disponível em: <https://www.rolls-royce.com/~media/Files/R/Rolls-Royce/documents/%20customers/marine/ship-intel/rr-ship-intel-aawa-8pg.pdf>. Acesso em: 29 mai. 2023.

SCRONCE, Erin. Frequently Asked Questions: Belt and Road Initiative. World Bank Group. 2022. Disponível em: <https://thedocs.worldbank.org/en/doc/664251560539547566-0090022019/BRI-FAQ>. Acesso em: 9 jul. 2023.

SPELLER, Ian. **Understanding Naval Warfare**. 2. ed. London and New York: Routledge, 2019.

TILL, Geoffrey. **SEAPOWERS: A Guide for the Twenty-First Century**. 4. ed. Oxon: Routledge, 2018.

TOH, Michelle; ZIADY, Hanna. **Why everyone in business loves India right now**. 2023

Disponível em: <https://edition.cnn.com/2023/04/29/business/india-economy-global-businesses-investment-intl-hnk/index.html>. Acesso em: 9 jul. 2023.

VASHISHT, Pankaj. **Indo-Pacific Strategies: What do They Entail for India?** Journal of Indo-Pacific Affairs, Air University Press. Publicado em: 24/04/2023. Disponível em:

<https://www.airuniversity.af.edu/JIPA/Display/Article/3371487/indo-pacific-strategies-what-do-they-entail-for-india/>

WEDIN, L. **Estratégias Marítimas no Século XXI** — A contribuição do Almirante Castex .

Tradução de Reginaldo Gomes Gracia dos Reis et al. Rio de Janeiro: Escola de Guerra Naval, 2015. V.1. Título original: *Stratégies maritimes au XXIe siècle*.